



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2026

Ata n.º 08

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de abril, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Luna Silva; -----

Primeiro Secretário: Beatriz Alves Pereira; -----

Segundo Secretário: Nuno Filipe Ricardo Cabrita; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas de 06-03-2026 e 20-03-2026; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento do relatório de 2025 do Estatuto do Direito de Oposição; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do “Protocolo para funcionamento da 4.ª Equipa de Intervenção Permanente (EIP) de Albufeira”, pelo valor base de 170 132,13€; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, bem como, no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do “Concurso Público com Publicação de Anúncio no JOUE para Aquisição de Serviços de Segurança, para o Município de Albufeira”, pelo valor base de 2.140.229,00€ + IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Inventário do Património respeitante ao ano 2025; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos Documentos de Prestação de Contas do Município de 2025; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pela Partido “CHEGA”, acerca do tema “Pela Responsabilidade Política e pelo interesse Público no Município de Albufeira; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pela Partido “CHEGA”, acerca do tema “Sessão Solene 25 de Abril”. -----

PRESENCAS: Luna Silva, Desidério Jorge da Silva, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Beatriz Alves Pereira, Helena Maria Palhota Dias Simões, Raúl dos Reis Melrinho Annes, Domingos Manuel Martins Coelho, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Margarida Maria Jorge Guilherme, Miriam Rodrigues Santos, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Maria José Nobre Leote, Henrique Manuel Cabrita Coelho, Luis Matias Afonso, Maria Isabel Rodrigues Gonçalves dos Santos Rodrigues, Otelio Guerreiro Cabrita, Flávia Rodrigues Pereira, Nuno Filipe Ricardo Cabrita, Nelson José Guerreiro Cachita, Hugo Miguel Isidro Aires, Alberto Esteves do Rego Saraiva, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água – Cláudio



Marujo, de Ferreiras – Joana Mascarenhas, da freguesia da Guia – Dinis Nascimento e de Paderne – Rita Coelho. -----

Faltas: António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves, Jorge Paulo Vasques Loureiro e Luis Manuel Correia Rodrigues. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Beatriz Alves, Raul Annes e Miriam Santos. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, Rui Celestino dos Santos Cristina e dos Vereadores, Jorge Manuel Aleluia Clemente Carmo, Maria Cristina Monteiro Rosquilha Corado, Rogério Pires Rodrigues Neto, Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira, Cláudia Cristina Dias Guedelha e Victor de Oliveira Ferraz. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), a Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

Domingos Coelho: “Boa noite a todos os presentes e a quem nos acompanha em casa. A bancada de Albufeira é TUA gostaria de sugerir à mesa, à Senhora Presidente, que colocasse à consideração da Assembleia respeitar um minuto de silêncio em memória do professor Luís Laço, um homem que soube ensinar a História, ensinar cidadania, ensinar os valores democráticos. Um homem exemplar, um cidadão de que todos, até diria, deveríamos seguir o seu exemplo e, acima de tudo, um grande amigo. Muito obrigado.” -----

Presidente da Assembleia: “A Mesa acolhe o seu pedido, se a Assembleia não se opõe, vamos então fazer um minuto de silêncio, por favor.” -----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Ana Pereira: “Boa tarde a todos. Eu estou aqui como representante dos meus pais, de alguns proprietários de imóveis de férias em Albufeira e assim como alguns moradores da Rua Latino Coelho. E a minha pergunta é a seguinte: o elevador da praia do Peneco, que neste momento se encontra encerrado, vai estar a funcionar, entretanto? Esta pergunta deve se ao facto de, os meus pais já terem, o meu pai oitenta e cinco anos, a minha mãe oitenta, e ambos vão fazer anos em novembro, já tem uma mobilidade mais reduzida, vão para a praia com um guarda-sol e cada um com a sua cadeira, e vão também almoçar à hora de almoço a casa. E, sabendo nós que ao meio-dia o calor é extremo e torna-se complicado, até para mim, subir as escadas e mesmo até o acesso pela praia do túnel, também não é uma boa alternativa. Caso o elevador não funcione, estará em risco a vinda dos meus pais este ano, no verão de dois mil e vinte e seis. Eu fiz também uma pesquisa na net e curiosamente diz que o elevador se encontra permanentemente encerrado e daí eu estar aqui hoje presente para saber qual é a situação do elevador, pondo em risco também os moradores da rua que há pouco referi, de também não se poderem deslocar à dita praia.” -----

Ivo Laranjo: “Excelentíssima senhora Presidente da Mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhor Vice-Presidente, senhora vereadora, senhores e senhoras deputados e deputadas, caros munícipes e quem nos acompanha lá em casa, a minha intervenção vai no sentido que trago a esta assembleia duas questões que, embora distintas, têm um denominador comum, a falta de planeamento e de garantia de durabilidade do investimento público. Mais propriamente, em

primeiro lugar, não posso deixar de manifestar preocupação com a ausência de passadeiras e da devida demarcação das vias após recentes intervenções e obras em várias zonas do concelho. Refiro-me mais propriamente à Rua Coronel Águas, as obras já foram feitas, foi feito ali um grande investimento, como o senhor Presidente deverá saber e todo o seu executivo, mas agora a pergunta que eu faço, assim de uma forma um bocado satírica, é se não havia tinta para poder colocar lá a passadeira e fazer lá a demarcação, mas penso que houvesse. Estamos a falar de algo básico, mas essencial, que é a segurança rodoviária de quem lá vive. Eu, que a passadeira fica mesmo em frente à minha casa e os moradores, que são pessoas de mais idade, que precisam de fazer a sua vida e passar constantemente naquela zona, a falta de sinalização horizontal cria confusão, aumenta o risco de acidentes. Por sorte, esta semana houve uma senhora, que vive perto de mim, que não foi atropelada. O risco de acidentes transmite uma imagem de desorganização que não podemos aceitar para quem lá vive. Uma obra não está concluída enquanto não estiver plenamente funcional e segura. Por outro lado, importa também olhar para a situação da calçada requalificada na baixa, de uma particular, a zona na meia laranja, o que se verifica é que, apesar do investimento significativo realizado, a durabilidade da intervenção está comprometida pela contínua circulação de viaturas, nomeadamente pela carga e descarga. Estamos a cair num ciclo preocupante. Investe-se hoje, repara-se amanhã e volta-se a intervir pouco tempo depois, acumula-se custos que podem atingir centenas de milhares de euros ao longo dos anos. Isto, senhor Presidente, não é sustentável nem responsável na gestão do dinheiro público. Por isso, deixo uma proposta clara, que se avalie a limitação ou condicionamento da circulação automóvel naquela área, nomeadamente através da definição de horários para cargas e descargas, protegendo assim o espaço público e garantindo maior longevidade do investimento realizado. Termina com um desafio direto ao Senhor Presidente, que nos próximos dias possa garantir a clara resolução da falta de marcação da via e a colocação da passadeira em falta, dando o sinal claro de compromisso com a segurança, o rigor e a boa gestão. Os nossos municípios exigem e merecem mais.” -----

Alisa Scutt: “Excelentíssima Assembleia, boa noite senhor Rui Cristina. O assunto da minha intervenção é o mesmo, já estive cá há dois anos atrás, a falar de dessalinizadora, pedi à Assembleia alguma posição, não obtive resposta. Então, na representação de estrangeiros do Algarve, nós fizemos a nossa parte e comunicámos ao Parlamento Europeu. Recebemos resposta, senhor Rui Cristina eu quero entregar essa documentação a si, e quero solicitar na próxima semana, quando puder, uma reunião convosco. Porquê? Porque nós não vamos parar e vamos levar o assunto para tribunal já desta vez, da nossa parte. Para fazer tudo muito rápido, quero relembrar alguns números para estancar mesmo na cabeça de cada um. A escassez de água, nós consideramos que não há escassez de água porque há mal gerência, mal gestão de água. Cento e noventa e um metros cúbico, que é cento e noventa e um milhão, está perdido anualmente nas fugas e nós queremos produzir na dessalinizadora dezasseis metros cúbicos, dezasseis contra cento e noventa e um. A matemática não nos deixa mentir. A produção de um metro cúbico de água nesta dessalinizadora que a senhora Ministra considerou irreversível, exige seis quilovolts de energia elétrica. Um metro cúbico produz dois metros cúbicos de salina injetada no mar. Eles dizem que, temos difusoras e que conseguem diluir a água. É impossível. Da nossa parte de estrangeiros no Algarve, nós não vamos parar. E



queremos perguntar ao senhor Rui Cristina se a Câmara Municipal, vai nos apoiar na nossa ação. Tenho aqui um documento para entregar.” -----

Manuel Merceano: “Boa noite, senhora Presidente da Mesa, boa noite senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, senhores vereadores e minhas senhoras e meus senhores, a todos boa noite. Senhor Presidente, na última sessão disse que não tinha qualquer relação com o senhor Florival. Confesso que fiquei surpreendido porque em Albufeira e julgo que em qualquer parte deste país, quando alguém é padrinho do filho de outra pessoa, chama-se compadre. É assim que sempre se disse e não é nenhuma interpretação minha, senhor Presidente. Mas pelos vistos, em Almancil poderá haver outra definição. Por isso, pergunto-lhe sendo padrinho do filho do senhor Florival é ou não compadre? Depois, senhor Presidente, isto não é, ou seja, não estamos perante uma nova definição da palavra, e já agora, senhor Presidente, eu pergunto-lhe a forma como respondeu à minha intervenção, teve como objetivo esclarecer ou desacreditar quem a falou? É que esta relação é pública, não fui eu que a inventei. E fica a dúvida, sobre o porquê de tanta preocupação ou em negá-la, Em relação às buscas efetuadas nesta Câmara pela Polícia Judiciária, eu só lamento que o PSD durante vinte e quatro anos, tenha alimentado esta grave injustiça social. Mas também na última campanha eleitoral, o professor Victor Ferraz, que foi o candidato pelo PS a esta Câmara, disse que se fosse Presidente iria resolver esta injustiça social. Agora que é vereador, não sei qual é que é a ideia que tem, se mudou de ideias, mas acho que os partidos políticos nas campanhas eleitorais são todos diferentes, mas depois quando chegam ao poder são todos iguais, não fazem absolutamente nada. Senhor Presidente, em relação à Estrada Nacional cento e vinte e cinco, eu não sei se é possível, mas junto ao Guia Shopping, não existe uma ponte aérea para que as pessoas possam passar, isto porque são deixadas pela Vamos ou pelo Giro e para irem para o Guia Shopping têm que se aventurar a passar na cento e vinte e cinco e tem havido alguns acidentes. Agora, senhor Presidente, outra questão tem a ver com o suposto regulamento que já devia ter sido apresentado nesta Câmara, para ser discutido e aprovado ou não, quer era para aqui reorganizar a noite de Albufeira, nomeadamente o fecho dos estabelecimentos noturnos e a lei do Ruído. Pergunto-lhe se já foi feito, quando é que vai ser apresentado? Eu espero que o seu Presidente não apresente este documento em outubro, para ser analisado em novembro, para ser posto em prática em Dezembro. Tem que ser antes do verão, porque se for depois do verão não faz sentido, e provavelmente os albufeirenses vão pensar que está a beneficiar ou não quer prejudicar alguém. E já agora, vou terminar dizendo o seguinte, eu acho que os portugueses andam errados quando dizem que o Chega é contra o sistema. Pelo aquilo que eu tenho visto em outras Câmaras Municipais e outras Assembleias, noutras Juntas de Freguesia, o Chega não é contra o sistema, o Chega é o pior que o sistema tem.” -----

João Ferreira: “Boa noite senhora Presidente, boa noite senhor Presidente, boa noite a todos os senhores deputados e vereadores. Intervenho hoje, nesta Assembleia, como munícipe deste concelho, como arquiteto e como empresário. Falo com a legitimidade de quem vive aqui, trabalha aqui, investe aqui e acredita que a Administração Pública deve ser um espaço de legalidade, de rigor e de confiança. Venho falar de um concurso público municipal que permanece sem decisão. E digo desde já, este assunto já demorou tempo demais, quero começar por ser justo. Este executivo não

criou este problema. Este executivo herdou um procedimento que foi conduzido por anteriores responsáveis políticos e técnicos. E importa dizê-lo com clareza, a responsabilidade pela forma com que este processo foi instruído pertence a quem conduziu até aqui. Mas há uma verdade que também tem de ser assumida, quem herda um problema tem o dever de o resolver e, quem adia uma decisão prolonga o problema. E, ao prolongá-lo, assume também a responsabilidade política pelo seu arrastamento. Mais grave não é a demora. O mais grave é estarmos perante um procedimento onde subsistem fundamentos sérios, objetivos e juridicamente relevantes, que colocam em causa a admissibilidade da proposta que permanece em concurso. Esses fundamentos não são políticos, são técnicos e são jurídicos. Primeiro, a capacidade legal da concorrente. O objeto social da empresa concorrente prevê a exploração de apoios de praia. Mas esse concurso não é apenas para um apoio de praia, é para um apoio de praia municipal completo, com equipamento associado. E, esse equipamento associado, inclui de forma evidente a atividade de restauração e bebidas. Basta olhar para a proposta cozinha, sala de refeições, área de serviço. Ora, a lei é clara a atividade de restauração e bebidas é juridicamente autónoma e, essa atividade não consta expressamente no objeto social da concorrente. Isso leva a uma questão jurídica séria, como pode uma entidade propor-se explorar uma atividade para a qual não demonstra ter enquadramento societário adequado? Se isto não foi avaliado, é grave. Se foi avaliado e ignorado ainda é mais grave. Segundo, as acessibilidades, e aqui falo como arquiteto e falo como responsabilidade técnica, a proposta apresenta desconformidades gravíssimas, relevantes face ao decreto-lei de cento e sessenta e três, de dois mil e seis. Corredores com largura inferior ao mínimo legal, percursos acessíveis que não cumprem, instalações sanitárias acessíveis sem áreas regulamentares de manobra, portas que comprometem o uso de pessoas com mobilidade condicionada, e dúvidas sérias quanto ao cumprimento das dimensões mínimas exigidas. Isto não são pormenores, são normas imperativas, normas obrigatórias, normas que exigem para garantir dignidade e igualdade e inclusão. E, por isso pergunto, como é que uma proposta com estas desconformidades ultrapassa a análise técnica? Quem avaliou? Quem assumiu essa responsabilidade? Quem entendeu que isto cumpria? Porque há aqui uma questão que não pode ser ignorada, ou os responsáveis que conduziram este procedimento não tinham competência técnica suficiente para identificar este problema, e isso é gravíssimo, ou tinham e então é legítimo perguntar, porque permitiram que o procedimento chegasse a este ponto? Não estou aqui para fazer acusações nem para imputar ilícitos, mas estou aqui para dizer que, quando um procedimento público acumula dúvidas técnicas e jurídicas desta dimensão, o mínimo que se exige é escrutínio e, sobretudo, decisão, porque adiar não resolve. Adiar apenas agrava. E por isso, quero ser absolutamente claro no que exijo, a solução para mim é evidente, se existem fundamentos objetivos de desconformidade legal e técnica e eles são identificados, então a consequência terá de ser a exclusão da proposta e, portanto, fazer o concurso de novo. Fazer o concurso com transparência, fazer jogo limpo.” -----

João Madeira: “Boa noite a todos os presentes, senhora Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, Vice-Presidente, vereadores, excelentíssimos colegas juristas e economistas. É a terceira vez que venho, tenho um problema, há um ano que andam a brincar efetivamente com falta de consideração. Hoje mesmo tenho um presente envenenado no meu email. Eu, como jurista, como

uma pessoa que estudou e felizmente fui aluno de mérito na universidade onde tirei o meu curso, eu não admito que me passem a perna. Hoje recebi no meu email uma coisa muito grave. Mandou-me uma resposta do senhor Presidente, acompanhado de dois documentos que violam a proteção de dados. Se calhar à espera de que eu viesse aqui dizer, enviaram-me este documento em nome desta senhora, em nome deste senhor, assinado por senhor Presidente. Sou advogado, eu não admito que me passem a perna. Eu não vou dizer aqui o nome das pessoas, não admito é que me tentem prejudicar. Eu não vou entrar nesta guerra. Se o fizeram por incompetência dos serviços, façam-no e reconheçam. Eu, como advogado, não cometo crimes. A violação da proteção de dados é um crime. Eu tenho um documento assinado pelo senhor presidente, tenho um documento assinado pelo senhor vice-presidente, de pessoas que não sou eu, não dizem respeito a este processo e, que, eu não tinha de saber nem o nome, nem a morada, nem outras informações. Obviamente, como jurista que sou, podia ser aqui um leigo que não percebesse de direito, vinha aqui, mostrava os papéis e falava das pessoas e, era eu que estava a cometer o crime. Este é só um aparte. Eu não vou em jogos deste tipo, porque sou uma pessoa séria. Relativamente ao meu processo, recebi hoje por e-mail, depois desta brincadeira, dois polícias municipais que me foram notificar da decisão do senhor Presidente, em que diz que tenciona indeferir, uma vez mais, incompetência que eu acho de quem o está a informar juridicamente. Posso lhe dizer que, estive na Alfândega da Covilhã, fui recebido pelo senhor Diretor, a Direção de Finanças de Alfândega de Aveiro já comunicou comigo, reconhece que eu sou o proprietário da viatura. A Direção de Finanças de Faro ainda hoje ligou para mim, exatamente nisso e, eu respondi exatamente como vou dizer ao senhor Presidente, pela brincadeira que me mandaram hoje, para que eu cometesse um crime, vir aqui dizer nomes e dados protegidos, que eu não o faço, eu neste momento não quero favor de amigos, porque iam me mandar a DAV e iam registar tudo em meu nome. Eu, mandei hoje para Massachusetts, porque estive em contacto com o coiso, como disse que ia ter contacto, quando estive com a senhora Marta, falei ainda há dois dias com o senhor André, que foi quem legalizou esse veículo em Portugal, que uma vez mais me disse, Doutor o carro é seu, eu não estou em Portugal desde dois mil e seis, eu enviei e, já estou mandatado neste momento como advogado, que não gostava antes e cheguei aqui e disse “eu não cometo ilegalidades”, se não estiver mandatado, eu não faço registo. Neste momento estou mandatado, enviei uma procuração por correio hoje mesmo, tenho aqui o registo, para que o senhor André me envie não para eu resolver o meu problema, porque isso é fácil, quando se tem um contrato promessa, chama-se contrato verbal assinado por um comprador e um vendedor, a propriedade está clara e o senhor vem aqui dizer que eu não comprei a propriedade uma vez mais. Há um ano que estou espoliado, para que eu não coloque em causa nem o diretor da DAV, que eu conheço e, é meu amigo, nem a direção de Faro, que me ligou hoje e, eu disse que eu não quero favores, eu vou pedir uma procuração do senhor André, entrego a procuração, porque depois vamos ter problemas com prazos. E, digo-lhe mais, senhor Presidente, se eu não sou proprietário, isto foi me entregue hoje, se eu não sou proprietário, se me negam tudo isto, porque é que me dão acesso ao processo? Há um ano que eu estou para resolver um problema simples. Só deixo uma pergunta e, se me permitir, até hoje e, há um ano, não conseguiram responder à base legal porque é que o veículo foi carregado, e eu pergunto ao senhor Presidente, qual a base legal do veículo ter sido carregado?” -----

Joana Lisboa: “Excelentíssimo Senhor Presidente, senhora Presidente da Assembleia, excelentíssimos membros da Assembleia, o meu nome é Joana Sousa Dias Lisboa e venho hoje expor a este executivo o estado de abandono de alguns pontos críticos em Paderne e apelar à vossa urgente intervenção. Quero começar por deixar uma nota positiva, soube que vão finalmente corrigir os problemas de infiltrações na ruína municipal, na Rua Maria Conceição Eloy, número sete, que tanto dano têm causado ao prédio da minha família, que é o único vizinho contíguo a esta ruína e onde se situam a butique e o Aqualab. Senhor Presidente, no próximo mês, eu e os meus irmãos vamos iniciar uma intervenção profunda no nosso edifício, com a substituição total do telhado e o restauro da fachada do Aqualab. É um investimento muito avultado e difícil que contrasta com o cenário de abandono que nos rodeia. Pergunto, qual é o plano real deste executivo para esta ruína? Este imóvel foi comprado pela Câmara há mais de vinte anos, para um projeto de museu que, de forma inadmissível, incluiu o nosso edifício à nossa revelia. O município adquiriu mais dois imóveis no centro da aldeia, que permanecem igualmente abandonados. Senhor Presidente, para colocar Paderne no mapa, não podemos permitir que o coração da nossa aldeia apodreça nas mãos do município. O que pretende este executivo fazer com estes imóveis? Avanço agora para a estrada da Amoreira, na passagem da Ribeira de Quarteira, o que assistimos aqui é um crime ambiental e um abuso inaceitável. Estão a destruir um ecossistema da Rede Natura dois mil. Fiquei a saber na Assembleia de Freguesia que, vão ser repostos os pilares da antiga passagem a salto, esta obra é o reconhecimento do estado de abandono do local, mas de nada servirá se o volume de tráfego continuar. Passam todos os dias, em média, quatro jipes, seis grupos de moto4 e buggies, alguns com trinta veículos num só grupo, às vezes são mais do que um, como passam para cima e, para baixo são largas dezenas de passagens diárias, é um volume absolutamente insano. Permitir que esta atividade massacre este local é um contrassenso absoluto perante a recente consagração do Algarvensis como Geoparque Mundial da UNESCO. Senhor Presidente, os cartazes dizem “explore lentamente, sinta intensamente”, mas como é que se explora lentamente uma ribeira onde somos atropelados por caravanas de veículos motorizados? O que sentimos intensamente ali, não é a natureza, é o ruído enervante e o pó que asfixia quem trabalha no campo. E, não é só ali, todos sabemos. Reivindico a interdição total de circulação de veículos de turismo na Ribeira, permitindo apenas veículos agrícolas de emergência e de moradores, como sempre foi. É um imperativo ambiental e de sustentabilidade. Estes veículos passam também no centro de Paderne, à exceção dos jipes que trazem valor à terra ao pararem, a maioria não pára, apenas polui e perturba. É urgente estabelecer um limite máximo de cinco veículos por guia. Se querem promover provas de todo-terreno, construam troços longe das populações. Estamos saturados. O senhor Presidente, Paderne precisa de engenharia, de respeito pela propriedade privada e de uma gestão que proteja quem aqui vive, investe e cuida do património que herdou dos seus antepassados.” -----

Bruno Guerreiro: “Boa tarde, senhora Presidente, em seu nome cumprimento todos os presentes. Eu estou aqui devido ao concurso público das concessões de Praia da Rocha Baixinha. Mas, antes de começar a minha intervenção, devo-lhe um pedido de desculpas público, porque a senhora enquanto deputada, nesta casa, eu fiz uma referência a toda a Assembleia estar de colúio com o que se estava a passar e a senhora foi a única que esteve do lado certo da história. Então devo lhe pedir desculpas,

estão as desculpas apresentadas. Em relação ao concurso em si, não sei se por incompetência ou prepotência do antigo executivo e, depois até de alguns processos judiciais que a nossa empresa teve de por a Câmara, relativa aos mesmos e os quais, diga-se de passagem ganhámos, oitocentos e quarenta dias depois e, também agora, aqui reconhecer a competência a este executivo, pelo menos pelo trabalho que têm vindo a realizar até agora, vinha aqui requerer que, se cumpra a lei e se proceda ao encerramento da unidade UB4 por ocupação ilícita de espaço público. O contrato original desta unidade foi assinado, como se sabe, a um de janeiro de dois mil e dois, pelo período de dezoito anos. Se tivermos em conta que a lei dá uma salvaguarda de cinco anos de prorrogação ao mesmo, todos os prazos já foram extintos. Como tal, gostaria de ver este executivo a cumprir a lei e eu não ter de recorrer novamente à justiça para se repor a verdade. Se, não fosse pedir muito, gostaríamos de ver este concurso também definitivamente resolvido, pois o mesmo vamos para três anos de concurso. Não sei como é que querem desenvolver um concelho com concursos públicos a demorarem três anos a sua resolução. A culpa não é deste executivo. A culpa foi do executivo anterior, que teve mais dois anos para resolver e não conseguiu resolver. Por outro lado, não me interessa que do outro lado esteja uma empresa que está a investir triliões de dinheiro no Algarve, porque o dinheiro deles não vale mais do que um mero cidadão comum, disse.” -----

João Santos: “Boa noite senhor Presidente Rui Cristina, boa noite senhor vereador, Senhora Presidente da Mesa, boa noite público presente. Eu sou João Santos, mais conhecido por Johnny Balloon, trabalhei como artista de rua em Albufeira há mais de quinze anos, sempre com licença, fazendo parte da vida desta cidade. Colaborei também na área da educação alguns anos. No ano passado, por motivos de saúde, fui obrigado a cancelar a minha licença, por incompatibilidade do meu estado físico. Neste momento estou reformado por invalidez relativa, por causa de limitações que tenho físicas. Não estou aqui para falar de mim, mas no valor da arte de rua para uma cidade, nunca ocupei espaço, sempre servi o espaço, mesmo pagando para estar nele. Nunca vendi nada, nem cobreí diretamente pelos meus serviços. Sempre vivi da ligação com as pessoas de quem parava, quem sentia, reconhecia o valor. A cidade não se faz apenas de um espaço físico. Faz-se de experiências, memórias e de sorrisos de crianças, de famílias que levam algo consigo quando visitam Albufeira. Albufeira não é só pedra e mar. É e, deve ser cultura, emoção, vida no espaço público. Mas a realidade mudou. Os hábitos mudaram. O uso de dinheiro físico diminuiu e, quem vive de doações sente isso diretamente. Por isso eu deixo uma ideia simples a todos, se este trabalho é uma mais-valia para a cidade, então deve existir um enquadramento que permita a sua continuidade, não como um favor, mas com reconhecimento do seu valor. Da minha parte, continuo disponível para contribuir com respeito, profissionalismo, dedicação e cooperação. Mas isto só faz sentido se houver condições e valorização. Se esta cidade entender isto, estarei aqui para continuar e disponível. Se não, saberei cumprir, compreender e respeitar. Porque valorizar a arte de rua é investir na alma da cidade.” -----

Miguel Pescada: “Boa noite a todos. Eu tenho um problema com um bar, que é o Caipirinha Man, tenho feito e-mails e, pedido uma reunião que ainda não consegui. Este bar não tem licença, a primeira queixa foi feita há três anos e seis meses e, neste momento está em atividade e, eu queria perguntar à Presidente da Assembleia, para dizer ao Presidente, para ser um ser munido da



informação, do horário e da capacidade atualmente, que julgo que não existe. Mas já agora, para perceber o que é que se está a passar. Entretanto, em dois mil e vinte e quatro, houve um email da CCDR para com as ilegalidades que estão em causa, ainda não tive resposta, a Provedoria de Justiça também não houve resposta, queixa-se de haver respostas inconclusivas. E, entretanto, atualmente a desculpa tem sido que está em contencioso e jurídico, há três anos e seis meses que está em contencioso jurídico, a beneficiar o infrator, em detrimento dos moradores. Portanto, gostaria que me elucidasse acerca de quando é que vai dar uma resposta do e-mail da CCDR, da Provedoria de Justiça, para quando uma decisão do departamento jurídico contencioso porque a barraca que está lá montada é ilegal e, está a estorvar a curva, basta um dia para constatar que está a estorvar a curva, mas está a demorar três anos e sete meses, para haver uma decisão e, hoje, por exemplo, tem atividade, vai ser violada a lei, até à uma, duas da manhã vou ter pessoas a falar alto, gritar, gargalharem, comportamentos alcoolizados. Não tenho como chamar a GNR, porque a GNR diz que não tem ordens para encerrar o bar, portanto tem de ser a Câmara, ela própria a encerrar.” -----

Joaquim Duarte: “Boa noite a toda a comissão e organização da Câmara, órgãos principais, venho mais uma vez aqui chamar a nossa vereadora a atenção, porque reuniões com aquela senhora, não me comprometo mais e, eu tive para me ir embora. Porque gente sem dignidade, gente corrupta, estou eu farto. Eu sou um dos pescadores mais ativo aqui na pesca e, com muitos conhecimentos em termos políticos, em termos de convívio com toda a gente. Nunca fiz mal a ninguém e tenho sido massacrado, massacrado para sair de lá. Eu saio de lá e, vou para onde? Pergunto à senhora vereadora ou às pessoas que lá estão. Tenho de ficar em Albufeira, tenho a família toda de Albufeira, é uma das mais numerosas de Albufeira, atualmente. Na Câmara já passaram nove ou dez, ainda existem três ou quatro aí, eu não admito coisas destas. Eu não faço mal a ninguém, Não meto na vida de ninguém para estar a ser escoraçado da minha terra, Ouvir críticas da Câmara, como eles dizem. Eu sou recenseado, toda a minha família é daqui, é a mais numerosa de Albufeira. Eu gostava que, a senhora vereadora arranjasse uma reunião com o Telmo e o Hélio, se for possível, agradeço e peço desculpa, pela outra vez, porque andarem a gravar conversas lá, isto não se admite. Eu não faço mal a ninguém andar atrás das pessoas a gravar. Mas então que é isto? Onde é que se vê isto? Não admito. Isto é uma vergonha, passar por situações destas é uma vergonha. Espero que tomem uma atitude e chamo a atenção às pessoas que andam a tratar mal. Eu não faço mal a ninguém. Toda a gente me conhece.” -----

Carolina Ferreira: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, deputados municipais e os demais presentes aqui e lá em casa. Permitam-me começar com uma nota leve, o senhor Presidente já referiu várias vezes que Paderne foi durante muito tempo uma terra esquecida pelo concelho, mas que com este executivo seria diferente. Como boa Padernense, ouvi bem essa promessa e, hoje trago duas notas breves, ambas com espírito construtivo. A primeira, é propor que a aldeia de Paderne seja avaliada no âmbito do programa Aldeia Segura, Pessoas Seguras. Paderne tem características rurais, zonas com mato, população envelhecida a viver de forma isolada, muitas vezes rodeadas de vegetação que não conseguem limpar, seja por falta de mobilidade, problemas de saúde, ausência de apoio familiar ou dificuldades financeiras. Além disso, em caso de incêndio rural ou ocorrência grave, os meios de

intervenção não estão assim tão próximos e, os primeiros minutos com a prevenção local podem fazer toda a diferença. Por isso, faz sentido avaliar mecanismos de aviso, rotas de evacuação, locais de abrigo ou refúgio, identificação de pessoas vulneráveis e formas de apoio comunitário e institucional. O objetivo é simples, prevenir, proteger e preparar melhor Paderne. A segunda nota prende-se com os blocos novos do bairro de Paderne. Quero deixar claro que, isto não é uma crítica ao senhor Presidente, ao executivo ou aos serviços, porque sei que os serviços têm acompanhado a situação, têm procurado ajudar os moradores da melhor forma possível e, sei também que este processo não está a ser simples. Mas, em meu nome e em nome de todos os moradores, deixo um pedido de sensibilização, existem infiltrações, humidade, bolor, degradação das zonas comuns, nomeadamente nos vãos das escadas dos prédios e, casos em que a água entra literalmente dentro de casa. Estamos gratos pelas casas que nos foram atribuídas e, queremos mesmo preservá-las e estimá-las. Mas tem sido difícil porque estes problemas não resultam de mau uso ou falta de cuidado dos moradores, mas de fragilidades técnicas ou estruturais que precisam de correção. Há ainda uma situação delicada, naturalmente que queremos limpar a humidade e o bolor por higiene, por uma questão de saúde e também dignidade, mas quando há a visita por parte do empreiteiro da empresa construtora, se os problemas não estiverem visíveis, corre-se o risco, como já aconteceu, de se concluir, que não existe problema nenhum, porque nada está à vista e o problema existe e quem vive diariamente com ele somos nós. Por isso, peço ao senhor Presidente que esta situação continue a merecer o acompanhamento próximo, rigoroso e uma solução eficaz e definitiva. Estas duas notas têm o mesmo objetivo, valorizar Paderne, proteger as pessoas e garantir dignidade a quem lá vive.”- Lucas Sousa: “Senhora Presidente, senhor Presidente, cumprimentar todos aqui presentes e aqueles que nos acompanham lá em casa. Permitam-me só aqui colocar o retrovisor para a última Assembleia Municipal e, agradecer ao senhor Presidente, o elogio que me fez, porque o senhor intitulou-me de jovem com muitas opiniões e, o que é facto é, que, numa Assembleia Municipal onde muitas vezes os jovens, quer na parte do público, quer na parte dos deputados municipais, estão sub-representados, não posso, não encarar isso como um elogio fraterno, de que, de facto, é saudável aos jovens terem muitas opiniões e ainda para mais, sempre que aqui as trouxe, tentei fazê-lo da forma mais fundamentada e informada possível. E, portanto, fica o cumprimento. Quanto às influências partidárias que na altura me acusou, pois é mais do que público, que tenho um partido, pois fui candidato há seis meses. Mas, também é verdade que antes de ser candidato era militante, antes de ser militante, era simpatizante e antes de ser simpatizante era e, continuo a ser, munícipe e é isso que aqui me traz. E, é nessa qualidade que falo. Se algum dia for diferente, também não tenho qualquer problema em fazer o registo de interesses. Continuando, acabado o prelúdio, senhor Presidente, continua uma boa prática que já tínhamos instituída no concelho, que era uma festa na altura da Páscoa. Só que, no entanto, acabou por mudar um bocadinho o conceito. Permita-me, se calhar, a abordagem muito bairrista àquilo que antes se fazia, mas onde antigamente havia, por exemplo, associações representadas, associações que recolhiam mais alguns fundos e que engrossavam os orçamentos que a Câmara já lhes disponibilizava. Estas associações não estavam presentes. Antigamente tínhamos artesãos que conseguiam de alguma forma complementar o seu trabalho rotineiro, com algumas vendas que poderiam fazer. Mais uma vez, isso também não

aconteceu. E, por último, tínhamos um programa, não sei se o senhor Presidente terá estado presente em algumas das edições anteriores, mas tínhamos um programa que, começava cedo e acabava tarde e, onde existiam múltiplas atuações por parte de grupos locais, por parte de artistas locais. E, aquilo que aconteceu acabou por ser um programa que foi muito dele encurtado e enxuto e, que, culminava com termos uma grande enchente na altura dos cabeças de cartaz que, depois logo voltavam para casa. Mas, mais do que isso, aquilo que antigamente era um festival e, um evento que reunia famílias e, que tinha cabeças de lista que atraíam famílias, tivemos cabeças de lista que atraíam sobretudo jovens. O que me leva a uma consideração um bocadinho mais profunda, senhor Presidente, é que nós temos tido há muito tempo todo aquele debate de que turismo é que queremos e com movimentação de pessoas é que queremos. E, passámos de um evento que tinha uma tendência e uma especificidade, sobretudo de famílias, para um evento que atrai sobretudo jovens. E, era também pedir-lhe a seis meses da sua tomada de posse, que estratégia é que o senhor Presidente tem mais ou menos desenvolvida para a questão do turismo? E, como é que a vai colocar em prática não só este ano, mas também nos próximos anos? Permita-me, entretanto, um segundo tema, eu sei que o senhor Presidente assinou esta semana um contrato de setenta e dois mil euros para gestão de redes sociais, mas nem é isso que lhe trago aqui, é outra coisa, é com muito lamento que vejo a impossibilidade retroativamente fazerem posts nas redes sociais. Sabe porquê, senhor presidente? Estamos no dia vinte e nove de abril, e que eu tenha dado conta, passaram-se trinta e oito dias desde que um jovem natural de Albufeira, Gerson Baldé, se sagrou campeão do mundo de salto em comprimento, bateu também o recorde nacional, que tenha visto não houve, por parte de qualquer edilidade ou de qualquer página do executivo, qualquer tipo de nota ou mensagem a felicitá-lo ou a fazer algum tipo de celebração. É também o reconhecimento dos nossos melhores que está a nossa própria identidade. Uma última nota muito breve, com uma sugestão, realizou-se há pouco tempo uma Assembleia temática que acho que é uma prática fundamental e muito merecedora do nosso elogio, no entanto, se calhar poderíamos copiar um bocadinho os modelos de Lisboa, de Loures ou de Loulé, onde as Assembleias temáticas possibilitam também a participação do público.-

Ana Palma: “Boa noite a todos, venho hoje aqui, não apenas como munícipe, mas como alguém que acredita que a eficiência administrativa é a base do respeito pelas pessoas. O que me traz aqui é a constatação de um bloqueio operacional, que está a prejudicar gravemente a vida de quem depende desta autarquia. Refiro-me concretamente ao funcionamento dos serviços, como a DREOP, e à gestão do fluxo de comunicações. No passado dia dez de Abril, submeti um requerimento para obter cópias de plantas da minha residência, sublinho, solicitei expressamente a aplicação da taxa de urgência, demonstrando a minha necessidade imediata desses documentos. No dia seguinte enviei uma retificação, tendo o cuidado de indicar o número de registo anterior para facilitar a ligação dos dados e acelerar o processo. Surpreendentemente, em vez de uma gestão coordenada, foram criados dois processos distintos que foram enviados para departamentos diferentes. Hoje, dia vinte e nove de abril, passados quase três semanas e com uma taxa de urgência ignorada, continuo sem resposta. É importante referir que o processo só teve movimentações porque eu desloquei-me diretamente aos serviços esta manhã. Estamos a falar de um pedido de meras cópias. Não se trata de uma análise técnica ou de um licenciamento. São documentos de uma propriedade privada que apenas a Câmara

me pode facultar e cuja ausência está a bloquear a minha vida e a impedir-me de resolver assuntos de extrema importância. É frequente ouvirmos o senhor Presidente, referir-se de constrangimentos internos nas suas comunicações. No entanto, importa sermos honestos no diagnóstico. Este não é um problema dos trabalhadores da Câmara de Albufeira, que conhecem bem o funcionamento da casa. Aliás, devo dizer que, foram os trabalhadores da Câmara, que nos serviços esta manhã me ajudaram a identificar aquilo que eu precisava, que não era a minha função, porque eu estive lá, assim como estou hoje, enquanto município. Este bloqueio é o resultado direto das falhas na coordenação superior e de opções de gestão que não servem os interesses da celeridade exigida. Quando os emails não são lidos com atenção, quando se ignora um pedido de urgência e os processos são dispersos por falta de critério, o serviço público pára. Três semanas para facultar plantas não é um atraso aceitável. É uma falha de organização que tem custos reais na vida dos municípios. A gestão pública exige mais do que a ocupação de gabinetes, exige eficácia, não é compreensível nem aceitável que um cidadão fique refém de uma organização que não consegue resolver o básico. Finalizar com uma reflexão apenas, qualquer um pode ser chefe, diretor, o que quer que seja, mas para se ser líder, um bom líder é preciso ter capacidades.” -----

Américo Nicolau: “Boa noite, senhora Presidente, Presidente da Câmara, senhores deputados, trabalhadores, senhor Presidente de Junta, a todos aqui presentes e quem nos escuta lá em casa. Mais uma vez eu hoje estou aqui presente para demonstrar a minha indignação pela falta de limpeza na urbanização do Alto dos Calijos. Já o fiz nas outras legislaturas e, aqui aplica-se bem aquela frase “bem fala Frei Tomás, que ouçam aquilo que eu digo e não aquilo que ele faz”. Há artérias com erva entre oitenta e um metro e vinte de altura. Hoje eu, como município, não devia ser eu a estar aqui, deviam ser os deputados desta Assembleia, porque é a eles que lhes compete, não é um município que vem falar sobre uma urbanização, mas de qualquer maneira eu sinto vergonha em passear naquele aldeamento. Vivo lá e entristece-me ver as ruas sujas, porcas, com os passeios completamente degradados. E, é uma ausência total, isto nota-se aqui uma ausência total de fiscalização. Senhor Presidente, existem artérias que há mais de meses que não passa ninguém, ninguém mesmo para limpar. Mas, isto eu posso comprová-lo e se quiserem podem ir comprová-lo e fazer a fiscalização, inclusive às pessoas, ainda hoje eu fiz isso, um senhor passa com um carrinho a passear o carrinho, dá a volta às ruas e depois vai para a beira do Pingo Doce, senta-se lá no chão a tomar o pequeno-almoço às nove e meia da manhã. Isto é a realidade. Portanto, senhor Presidente quando os bons exemplos não vêm de cima, muita coisa, muitas situações se degradam. Isto querer vestir um fato novo Albufeira e manter os sapatos rotos e os boxers sujos, a imagem é sempre a mesma. O passeio que circunda a minha casa, tem trinta metros, o meu passeio não precisa de limpeza. Eu desafio qualquer um se houver, ainda não vi Albufeira, já palmei de norte a sul, de este a oeste e ainda não vi nenhum passeio, nem para lá caminha, igual aquele que eu tenho e, gasto por ano nove euros. É o meu gasto para manter o passeio e se quiserem verificar eu amanhã chego aqui, dizem qual é o fiscal que quer ir, ou o senhor Presidente vai lá ver os passeios e vê se há algum igual, e eu gasto nove euros por ano. Agora se não têm pessoal, façam uma coisa, diminuam ao IMI e obriguem o cidadão a limpar o passeio, a ser responsável, como é no Luxemburgo ou na Bélgica, como noutro lado qualquer, são as pessoas que são responsáveis pela limpeza do passeio. Diminui o

IMI e obriga as pessoas limpar. Não limpam, são multadas. Eu tinha mais para falar, mas não vou, já vi que o tempo é curto. De qualquer maneira, eu não queria trazer este assunto aqui assim, inclusive eu marquei há um mês, por e-mail uma reunião com o senhor Presidente, que era para lhe mostrar as fotografias e mostrar-lhes os exemplos todos. Como não obtive resposta até hoje obrigou-me a vir aqui hoje pôr novamente esta situação.” -----

Presidente da Câmara: “Boa noite a todos, excelentíssima senhora Presidente, excelentíssimos senhores membros da Mesa, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, aqui presentes, senhores membros da Assembleia Municipal, caros colaboradores da Câmara, caros munícipes e cumprimentar também quem nos assiste lá em casa. Vou começar por responder à senhora Ana Isabel Marques Pereira, relativamente ao elevador, o equipamento esteve parado desde janeiro até março, devido às condições climáticas extremas, tendo ficado submerso com água do mar cerca de três metros. Entretanto, foi necessário transferir a água, hoje esteve lá uma equipa para a reparação desse mesmo elevador, estou a aceder aqui à mensagem, à informação, foi verificado que foram feitos testes e, infelizmente detetaram o equipamento queimado. Amanhã vão voltar de novo aos trabalhos, lá no elevador, para identificarem melhor o problema, assim esperamos que esteja resolvido nos próximos dias, depois da mudança desse equipamento eletrónico que está queimado. Relativamente ao elevador, nós apaz-nos e, queremos que essa situação seja resolvida o quanto antes. Relativamente ao senhor Ivo Laranjo, algumas das respostas serão respondidas pelo senhor vice-presidente. As passeadeiras vamos averiguar, tentaremos pintar o quanto antes, tem toda a razão. Relativamente à circulação de veículos de cargas e descargas, como sabe, foi apresentado um plano de mobilidade em dois mil e dezanove, se não estou em erro, que não foi implementado, já reunimos com essa empresa para que houvesse um update, uma reconfiguração, uma atualização desse plano. E, esse plano passa pela interdição em grande parte do horário, porque não podemos chegar às duas, três da tarde e estarmos a ver lá camiões a descarregar, a fazer cargas e descargas, tem de haver um horário limitado e tem de ser cumprido, por isso é algo que nós estamos em cima da situação e agradeço que tenha trazido cá esse assunto. Relativamente à senhora Alisa Scutt, relativamente à dessalinizadora, nós sabemos que a central de dessalinização é uma solução de fim de linha, que se deveriam ter tomado outras soluções, que não foram tomadas. Devia-se ter apostado claramente no transvase do Barão, deveria se ter feito uma verdadeira luta contra as perdas de água das entidades gestoras do Algarve. Deveríamos de ter apostado nas recargas dos aquíferos através dos efluentes das ETAR’s. Já é feito em Espanha, já é feito na Califórnia, poderíamos ter apostado nas bacias de retenção, poderíamos ter apostado na construção de barragens, ou seja, podia se ter feito muita coisa, mas decidiu-se ir para a dessalinizadora, para uma solução de cem milhões. Uma solução que se quer aproveitar os fundos, à pressa e a más horas, sem fazer um verdadeiro aferimento do projeto, das suas consequências, que trará consequências que irão afetar o nosso património natural, os nossos ecossistemas e muito mais. Estamos a avaliar a situação, a Câmara Municipal, para podermos tomar uma atitude forte e protecionista, da nossa população e do nosso património. Relativamente ao senhor Manuel Merceano, eu já percebi o que é que o senhor Manuel pretende. Eu não vou entrar aqui numa conversa de personalização. Eu não tenho qualquer ligação familiar ao senhor Florival. Mas, acima



de tudo, há uma coisa que eu lhe posso dizer. Eu sou o Presidente da Câmara de Albufeira e serei sempre isento na minha atuação. Reitero que não entrarei numa discussão de carácter pessoal, o tom da sua intervenção mais parece uma campanha política. Porque, se bem me recordo, já fez parte do Chega. Quanto ao restante, trata-se de opiniões que, no sistema democrático ou na democracia em que nós vivemos, naturalmente aceito que as possa ter. Relativamente aos problemas de ruído estamos a avaliar. Pode ter certeza de uma coisa, tomaremos medidas antes do verão. Isso posso lhe garantir. Mas costuma-se dizer “a ver vamos, a ver vamos.” Mas isso ficará mais a frente para se comprovar. Falou também numa passagem aérea junto ao Guia Shopping, como sabe, Guia Shopping é da IP, Infraestruturas de Portugal, nós poderemos fazer um pedido. Já noutro dia, na reunião de Câmara, a senhora vereadora já tinha enaltecido o assunto, já tinha referido o assunto. A Câmara irá fazer um pedido às Infraestruturas de Portugal, mas não depende diretamente da Câmara Municipal, porque não é da nossa competência. Relativamente às duas intervenções do arquiteto João Ferreira e do Bruno Guerreiro, eu vou responder, vou aglutinar aqui a resposta, porque estão interligados. Os concursos de concessão de utilização do domínio público marítimo para a instalação de apoios de praia com equipamentos que vulgarmente são designados por restaurantes de praia, envolvem várias e diversas vicissitudes. Tanto quanto já me foi dado a conhecer, suscitam ainda diversas questões que precisam de ser e que têm de ser devidamente esclarecidas, e só assim poderemos tomar uma decisão legal, protecionista, consciente e coerente, sem deixar de atender naturalmente às especificidades de cada concurso. Ou seja, será tomada uma decisão, mas, entretanto está a ser analisado para que sejam tomadas as melhores decisões. Relativamente ao Dr. João Madeira, a Câmara irá naturalmente apurar o que aconteceu relativamente ao envio dessa documentação, porque se houve erro dos serviços importa percebê-lo, corrigi-lo e, se for caso disso, retirar aqui as consequências legalmente previstas. Todos os trabalhadores, todos os funcionários, estão sujeitos ao cumprimento de deveres funcionais e, ainda assim, erros podem acontecer, sobretudo em contextos administrativos mais complexos. E, o essencial é perceber aqui a natureza da sua gravidade, corrigir o que houver e corrigir também para que não voltem a acontecer este tipo de situações semelhantes. Relativamente ao processo do veículo, entenda que, se há alguém quer resolver esta situação, sou eu. Mas para resolvê-lo eu tenho de ter uma base jurídica que me seja favorável. E, neste momento não o tenho. Não tenho base jurídica favorável dentro dos serviços. Esta é a informação que eu lhe posso dar. Iremos analisar a base legal. Relativamente à senhora Joana Lisboa, isto vai ser bipartido, entre mim e a senhora vereadora. Relativamente aos veículos motorizados, nos caminhos térreos, eu já tinha sido alertado pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e, temos que arranjar uma solução, parece-nos que à primeira vista, a melhor solução é criar um regulamento para este tipo de atividades, porque danificam caminhos, perturbam a vida das pessoas e, como já disse aqui várias vezes, tem que haver equilíbrio e, tem que haver aqui um equilíbrio que seja bom para quem pratica as atividades, mas também para quem lá vive, naquele território. Relativamente ao Museu do Barrocal, vou lhe ser muito sincero, sei que houve aquele projeto do Siza Vieira, houve ali alguma complexidade, poderá estar em cima da mesa, é algo que terei que avaliar também com o meu executivo, poderemos avançar com o Museu do Barrocal, com características ajustadas ao entendimento que venha a ser definido sobre este assunto por parte do



executivo, também ouvindo, claro, quem gere aquele território com mais proximidade que é a senhora Presidente da Junta, é algo que não lhe consigo dar uma resposta concreta porque não estaria a ser sério relativamente a essa situação. Relativamente ao senhor João Santos, também será a senhora vereadora a responder, que tem a área da cultura. O senhor Miguel Pescada, a situação do bar Caipirinha Bar, temos conhecimento e, como já aqui foi dito, esta é uma situação que se arrasta há vários anos, sem qualquer decisão. Importa também, da nossa parte perceber o que realmente aconteceu no passado, se houve autorizações, houve despachos, se houve omissões de alguma forma, ou algum despacho de tolerância relativamente a isso, nós estamos a recolher informação junto dos serviços competentes para podermos fazer aqui um enquadramento rigoroso e poder decidir aqui de uma forma fundamentada, porque algo que eu não quero fazer é nós tomarmos uma decisão que seja precipitada, nós temos que salvaguardar os interesses do município, como é lógico, mas também dentro da lei e respeitando as regras urbanísticas pelo interesse público e pelo princípio da igualdade. Assim que, estiverem reunidos todos os elementos o Município tomará a decisão que legalmente se imponha. O senhor Joaquim Duarte, também será a senhora vereadora a responder. A senhora Carolina Ferreira também relativamente à sugestão do programa “Aldeia Segura Pessoas Seguras” para a aldeia de Paderne, a sua preocupação é legítima, agradeço a sua intervenção. A proposta no âmbito da “Aldeia Segura Pessoas Seguras” é pertinente, mas da análise técnica que resulta neste momento, Paderne não reúne aqui os critérios exigidos para integrar formalmente esse programa. Ainda assim, o município não ignora esta matéria, ou seja, entendemos que Paderne precisa de uma resposta mais ampla e mais ajustada à sua realidade. Por isso, a nossa intenção é avançar com a criação de uma unidade local de Proteção Civil em Paderne, em articulação com a Junta de Freguesia, para reforçar a prevenção e a proximidade e a capacidade de resposta a diferentes tipos de risco. Relativamente à habitação de Paderne, quero dizer com muita frontalidade que é uma situação que é inaceitável. Estamos a falar de, como já aqui disse, blocos habitacionais onde os serviços municipais já confirmaram a existência de infiltrações, fissuras, humidades, entradas de água nas habitações e outras anomalias graves de construção. Isto tem um impacto direto na vida das pessoas e, quando há famílias a viver nestas condições o município não pode assistir aqui de braços cruzados. Houve vistorias pela minha informação, houve notificações, houve insistência e o que não houve foi a devida resposta por parte do empreiteiro e, por isso entramos num ponto em que já não basta esperar, é preciso agir e, é o que nós vamos fazer. É o que o executivo vai fazer, vamos avançar com os mecanismos legais ao nosso alcance, designadamente com a análise do acionamento da caução, para que as reparações já identificadas, possam ser executadas por conta do empreiteiro. E vamos igualmente também exigir, ao abrigo da garantia da obra, a reparação urgente de situações mais graves, com prazo definido. Por isso, o que lhe posso deixar a mensagem é que vamos atuar relativamente a isso, porque tenho recebido imensas queixas relativamente a essa habitação. Agradeço que tenha trazido esse assunto aqui à Assembleia Municipal. Relativamente ao Lucas Sousa, fez aqui uma intervenção sobre um ajuste direto de setenta e dois mil euros que efetuamos, referiu redes sociais, mas é muito mais amplo do que isso, é uma consultoria de comunicação e, falando de consultadorias a Câmara tem atualmente cerca de duzentos e vinte e três mil euros em compromissos, desses duzentos e vinte e três mil euros, apenas



seis mil euros são deste executivo. Os restantes duzentos e dezassete mil euros foram assumidos pelo anterior executivo. Portanto, cada um deve responder por aquilo que fez. Agora, na área da publicidade e comunicação e imagem, quero lhe dar a nota que em dois mil e vinte e cinco gastou-se cerca de um virgula um milhões de euros, um pouco mais. Este executivo até hoje contabiliza cerca de cinquenta e sete mil euros. Ou seja, connosco algo lhe posso garantir, não vai haver despesismo, nem esbanjamento de dinheiros públicos. O que lhe posso perguntar é: se na altura sabia realmente acerca destes valores, se tinha conhecimento destes valores e o que fez relativamente a isso? Falou aqui também do Albufeira Sea Fest, este ano temos a Cidade Europeia do Desporto, decidimos reorganizar, melhorar, aumentar, ampliar e criamos o Albufeira Sea Fest com mais atividades, com um cartaz musical muito mais forte, muito mais dispendioso, com artistas de relevo nacional e mesmo assim posso lhe dizer que, custou menos oitenta mil euros. Isto é factual. Eu posso depois lhe facultar toda a informação, todas as contas, cerca de oitenta mil euros a menos. Isto é uma prova simples que é possível fazer mais, melhor e gastar menos. E, esse é o caminho que nós queremos para o município. Porque só em festas e eventos gastaram-se no ano passado cerca de sete virgula cinco milhões de euros em festas e eventos. E, gastaram-se oito milhões e troca o passo, para associações e IPSS, para clubes, que são valores que exigem critério, que exigem prioridade, exigem responsabilidade. E, volto a dizer, nós defendemos uma gestão rigorosa, mais eficiente e mais séria da despesa corrente. E, para libertar recursos para aquilo que nós realmente queremos investir, que é obra, é requalificação dos equipamentos, habitação, mobilidade e investimento útil para as pessoas. Relativamente à senhora Glória Palma, agradeço-lhe a frontalidade e percebo a sua preocupação. Estamos num processo de mudança e é natural que existam resistências, dúvidas e aspetos que ainda precisam de ser melhorados. As instituições, como sabe, são feitas de pessoas, rotinas e dinâmicas que não mudam de um dia para o outro, temos consciência que há desafios, que há falhas, estamos a reorganizar serviços, mas também sabemos que há trabalho positivo, há funcionários empenhados e a vontade de fazer melhor. E, o nosso compromisso é continuar a servir, fazer melhor e corrigir aquilo que tem de ser corrigido. Como sabe, a mudança exige tempo e, está a ser feita com seriedade, com proximidade, com sentido de responsabilidade. E a sua opinião será sempre bastante importante e será sempre valorizada. Relativamente ao senhor Américo Nicolau, será o senhor vice-presidente a responder à questão da ocupação do espaço público.” -----

Vice-Presidente: “Muito boa noite a todos, sintam-se cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente, os aqui presentes e os que estão lá em casa. Relativamente ao senhor Ivo Laranjo, o senhor Presidente respondeu praticamente quase tudo. Mas eu vou dar aqui mais um chega também, portanto, as passadeiras como é do nosso pelouro, nós vamos ver, foi uma obra que foi executada, em princípio o empreiteiro irá ter de acabar quando entregar a obra com as passadeiras e com as marcações. Caso não esteja no caderno de encargos, nós iremos proceder a isso. Como o senhor Ivo sabe e, já notou, tudo o que nos tem trazido nós temos sido céleres a resolver. Há coisas que levam mais tempo, outras menos tempo, mas vamos anotar isto e em princípio, durante a semana que vem, já sou capaz de dar uma resposta se as passadeiras estão no plano ou não do empreiteiro. Relativamente às calçadas, disse muito bem, nós fizemos um grande investimento, estamos a requalificar as calçadas todas no concelho, mas começamos pelo

centro da cidade, onde estava mais degradado, apesar das calçadas e os passeios pedonais serem competências das Juntas de Freguesia, mas como estavam degradados, estão à vista, se nós não tivéssemos tomado mão era muito difícil ser a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água conseguir combater a curto prazo, logo esta herança, que estamos a apanhar. Mas, estamos com atenção a isso. Como disse o senhor Presidente, estamos com o plano de mobilidade para tentar restringir também os acessos às cargas e descargas, não só nesse ponto da cidade, mas temos outros pontos onde já estão referenciados. Penso que, respondi a tudo, portanto se souber mais alguma coisa também estou sempre a disposição, é só marcar e passar ali no gabinete, que nós estamos cá para responder e para tentar agilizar os processos. Depois a senhora vereadora vai responder também à senhora Joana Lisboa, mas antes tenho outras coisas para responder e dizer que, também tive acesso esta semana, tive lá presencialmente, eu com o secretário da Junta de Paderne, tivemos lá no local, ontem os serviços já cortaram a figueira que a senhora tinha pedido e a limpeza do recinto. Os outros assuntos a senhora vereadora irá explicar melhor também. Mas também estamos a tomar nota disso. Os serviços, também me mandaram hoje algumas coisas, onde diz que, já tinha sido tratado em dois mil e vinte e cinco, que a Dona Joana Lisboa teria recebido um ofício da Câmara onde estava a explicar, por causa do Algarvensis e outras coisas, até foi do antigo executivo, mas recebeu resposta a um email que tinha feito, foi nos facultado isso. Passando agora ao senhor Américo Nicolau, é sempre um ponto pertinente, é uma das coisas que nós estamos a combater, a higiene e as ruas. Sabemos que está a ser um bocado difícil, este ano foi um ano chuvoso e, realçar e, deixar nítido que a deservagem é por parte das Juntas de Freguesia. Portanto, o senhor vem aqui dizer, poderá também ir a uma reunião da Assembleia de Freguesia e, expor o seu problema, porque a deservagem desde dois mil e vinte e um, que passaram para as juntas. Portanto, não foi com este executivo, já vem do outro. Nós prolongamos, mas apesar disso, nós também estamos atentos a isso e, estamos tentando também auxiliar nalguns pontos. Está cá o senhor Presidente da Junta, sabe e, está tomando nota disso. Foi um ano muito chuvoso e se começasse as deservagens mais cedo já estavam outra vez grandes. Portanto, isso é um dos factos também, há sítios que já foram deservados duas vezes, não é se calhar o seu caso, mas a erva continua a crescer. Mas, como disse, está aqui o senhor Presidente da Junta, que irá tomar nota, porque é uma competência das Juntas de Freguesia. Relativamente aos passeios degradados, também é uma competência da Junta, mas nós, como já vos disse, estamos a tratar. Portanto, temos um concurso aberto precisamente para reposição de calçadas, mas a competência própria não é uma competência delegada da Câmara, é a lei setenta e cinco, artigo dezasseis, todos têm acesso, hoje toda a gente tem acesso à internet e vê quais são as competências próprias da Junta. É uma competência própria da Junta, será a Junta que terá de resolver, apesar de nós estarmos aqui, fazemos parte de um concelho onde queremos resolver e, quando nos chega cá essas situações nós tentamos resolver. Relativamente à limpeza dos passeios, temos uma empresa que está contratada pela Câmara, portanto, a empresa irá agora analisar o que é que se está a passar nessa rua, porque como o senhor disse, está lá o funcionário da empresa e não limpa, temos de alertar para a situação. Se for o caso, nós vamos ver, se não for, se não tiver, temos de englobar no plano de limpeza, essa rua poderá não estar no plano de limpeza. Como lhe disse, nós estamos a tentar resolver, a primeira vez que o senhor traz essa situação aqui, nós temos de ir



ver se a urbanização está a entregue à Câmara ou não. Poderemos estar aqui a falar, e que nem pertença a deservagem à Junta, nem a Câmara, portanto isso poderá as infraestruturas não estar entregues, não sei, vamos analisar isso. Em princípio, penso que sim. Penso que estará entregue e nós vamos analisar. Portanto, já está aqui o senhor Presidente da Junta, nós também iremos, com os nossos serviços tentar resolver. A parte das calçadas iremos passar por lá também para tentar resolver a situação, temos o concurso em aberto, precisamente onde podemos atuar brevemente. É, uma questão, depois de tempo dos serviços e, tempo do próprio empreiteiro, mas depois durante a outra semana ou daqui a quinze dias, se não tivermos soluções, o senhor como vos disse na outra semana, também poderá passar aqui pelo meu gabinete e explicar. Nós estamos abertos e são coisas que nós queremos combater mesmo, é uma das coisas que nós dissemos e, é como o senhor disse, nós fazemos a nossa bandeira, devemos ter isso tratado, mas há sempre coisas que nós também não conseguimos tratar, se nos trouxerem é mais fácil. Desde já muito obrigado pelas questões. Durante a semana, se houver alguma coisa, diga-nos.”-----

Vereadora Cristina Corado: “Muito boa noite a todos, em relação ao senhor João Santos, eu gostaria, se não se importasse de conversar consigo um pouco na próxima semana, sobre o que o trouxe aqui, sobre a arte de rua, também sobre a animação de rua, gostava de perceber um pouco melhor o seu ponto de vista e, acho que, convém fazermos uma reunião. Se quiser deixar o seu contacto, pode deixar hoje, se não o pretender fazer, pode na próxima semana contactar os nossos serviços que eu certamente eu ouvirei, muito obrigada. Se, me der licença, senhora Presidente, eu responderia também a Dona Joana Sousa Dias Lisboa, relativamente a essa casa, creio que seja a casa vermelha, não é? Exato. Pelo que sei a casa teve uma intervenção recente, foi limpa pela divisão de Higiene, também foram tapadas as passagens dos pombos e a limpeza geral foi feita. O que está em falta e, que irá também ser feito, até por causa da questão das águas que ficavam, falta fazer o massame em betão com pendente e dreno para fora do pátio, para tentar resolver essa questão que mencionou, das humidades que entrariam no seu edifício. Neste momento é o que tenho para dizer. Devo acrescentar também que, penso que, seja esse edifício que tinha o projeto do Siza Vieira. No entanto, neste momento e passados os anos que passaram, que já vão muitos anos, penso que não se pode aplicar naquele edifício o projeto inicial. Portanto, provavelmente vai ter de ser tudo revisto. É o que tenho para dizer neste momento. O senhor Joaquim, eu gostava muito de conseguir resolver este problema consigo, porque vocês são só duas pessoas a vender peixe naquele mercado. Era importante que tivessem um bom relacionamento e, que, as pessoas que vão àquele mercado tivessem esse mesmo bom ambiente. Porque seria bom para todos. Promovi aquela reunião, com esse propósito, infelizmente, o senhor Joaquim abandonou a sala, falou de corrupção, falou de gravações, eu sinceramente não sei nada sobre este assunto. De qualquer maneira, como lhe disse na reunião, eu irei visitar o mercado e gostava de ver no local as condições do mercado e, eventualmente melhorar. Mas efetivamente é fundamental, vocês são só dois e seria muito bom para toda a gente que se dessem bem, que tivessem um bom relacionamento e que as coisas funcionassem bem. É só isso que eu pretendo e tenho pena que a reunião tivesse acabado a meio, mas pronto.”-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, a Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----



PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: “Bom, boa noite a todos, sintam se todos cumprimentados. A minha intervenção tem várias temáticas, mas gostaria de se calhar, me colar ali ao Lucas Sousa, até porque já houve aqui algumas insinuações em relação à questão do Albufeira Radical. Foi anunciado, nesta casa, que fariam muito mais, com muito menos, que os cabeças de cartaz eram fantásticos. Bom, eu pergunto ao senhor Presidente como é que pode dizer que fizeram muito mais com muito menos? Se conhece o cartaz dos anos anteriores? Porque eles foram todos retirados das redes sociais. No entanto, eu na altura tinha-os e, eu posso-lhe dizer que as atividades começavam às dez da manhã e acabavam à uma da manhã e, que havia o envolvimento de todas as famílias, de todas as faixas etárias. No entanto, aquilo que se viu nesta Albufeira Radical e, sim senhor para os jovens, muito jovens, um cabeça de cartaz muito bom, no primeiro dia começou atrasado, que houve ao longo dos vários dias, vários momentos, vários hiatos temporais sem qualquer atividade a acontecer. E, claro está, tal como o Lucas já disse e tal como eu senti, porque sou frequentadora das festas de Albufeira, sejam elas privadas ou públicas, não havia um elo de conexão com o conceito de família. Eu recordo, o Albufeira Sea Fest era o primeiro evento do ano, era o evento de abertura da época e, era um evento bastante vocacionado para as famílias, para os jovens, para as crianças e neste caso não se viu. Já sem falar que, foi com tristeza que eu não vi artesãos albufeirenses. Vi duas bancas de albufeirenses, uma de tatuagens e uma de uma artesã albufeirense, mas não vi mais nada. Não sei se eventualmente os outros foram importados de Loulé, como tem vindo a ser pratica neste momento, mas a realidade é que, os nossos não estavam lá. E, não se engane Senhor Presidente, quando eu digo os nossos, não são os nossos PSD, porque o Presidente tem muito a mania de fazer alusão ao passado, ao PSD, ou aos vinte e quatro anos. Quando eu digo, os nossos, são os nossos albufeirenses, os nossos jovens, os nossos pequenos talentos. E, eles não estiveram lá, não estiveram, alguns deles tiveram o cuidado de ir bater à porta desta casa e dizer: “eu já faço há um ano, dois anos, três anos, a atividade que desempenho está correlacionado”, foram todas as portas fechadas aos albufeirenses. Com os comes e bebes, street food, fantástico. Não tenho nada contra os tubarões da vida, mas tem contra, uma vez mais, não serem os albufeirenses a estar ali. E, tenho contra, uma vez mais, para além de se estar a desfinanciar as IPSS, ainda se tira uma fonte de rendimento das IPSS para criarem fonte de receita para cumprirem as suas missões. Digo e repito, eu recordo que eu fui eleita pelos albufeirenses, eu não fui eleita por Loulé e, é neles sempre que eu vou pensar primeiro. E, eles não estiveram representados nesta festa. Caro Presidente, noite, ruído, nudismo e comportamentos impróprios. O verão já vai tarde, a época já começou, o nudismo já anda aí, os comportamentos impróprios já andam aí, o ruído já é mais que muito. Há muita gente que já não consegue dormir neste concelho. Eu pergunto: se está neste momento a ser aplicado o Código de Comportamentos ou optou por não aplicar nada? Vai me dizer que está aqui há seis meses, vai me dizer que durante vinte e quatro anos nada foi feito, meu senhor, nós perdemos as eleições, agora não digo nós albufeirenses, agora digo nós, PSD. O Chega ganhou com um propósito de mudança, de fazer, de agir. Está na altura de concretizar. Bom, funcionários do canil municipal, foi com estranheza que eu constatei que os funcionários do canil municipal não estão a receber neste momento o suplemento de penosidade

para os funcionários. Eu recorde, o suplemento vem ao abrigo de um decreto-lei para garantir que os funcionários que tenham atividades, e está estipulado o tipo de funcionários que tenham atividades perigosas possam receber um suplemento em função do risco. É com estranheza, estamos a falar de operacionais, recebem o ordenado mínimo, estão sujeitos a apanhar os dejetos dos animais, a serem mordidos por um cão raivoso e vai lhes ser retirado o suplemento? Mas tenha calma, Presidente, eu já vi que foi agora a sessão de câmara, mas foi a vinte e um de abril, já lá vão quatro meses que os funcionários não recebem. Bom, já que estamos a falar da função pública e dos edifícios públicos, foi com estranheza que eu hoje constatei que no bar de Vale de Pedras, está uma fotografia, tipo busto do atual Presidente da Câmara, ao lado do Presidente do seu partido, o Chega, o André Ventura. Permite-me que lhe diga, só são permitidas fotografias institucionais, o edifício camarário, quem é responsável, é o Presidente da Câmara. Peço-lhe que atue, peço-lhe que seja removido. Bom PDM, no passado, já disse, um pau de dois gumes. Bom, um pau de dois gumes leva-me a crer que há um bom e o mau. Nunca concretizou, nem qual é bom, nem qual é o mau. Agora, eu posso lhe dizer que, o expediente no último mandato relativamente ao PDM foi mais que muito. Quem elaborou o mesmo chegou aqui a vir fazer uma apresentação a esta casa, lá está, uma das Assembleias temáticas que o Lucas há bocado falou e, tanto quanto sei, estava praticamente pronto. É com estranheza, que seis meses depois estão-me a dizer que é uma faca de dois gumes. Eu recorde, tal como disse, e por ser engenheiro de profissão, é um documento estruturante do concelho. Nesta senda, recorde que, ainda nem o Conselho Consultivo de Revisão do PDM, aprovado na Assembleia de dezoito de novembro de dois mil e vinte e quatro, foi chamado a participar. Pelo que, deixo o repto, para quando o PDM? Taxa turística, gostaria que me dissesse, até porque pelos vistos tem muitos valores na ponta da língua, gostaria que tivesse este também, taxa turística, o valor arrecadado em dois mil e vinte e cinco? Eu recorde que, a taxa turística é sinalagmática, juridicamente falando, recorde também que o anexo ao dito regulamento define os vetores, define as áreas em que o mesmo deve ser investido, como tal, eu pergunto-lhe Presidente, olhos nos olhos, com base no valor que foi recebido, arrecadado, encaixado em dois mil e vinte e cinco, o que é que pretende fazer em dois mil e vinte e seis, no que concerne a estes vetores? Se já tem algum plano, alguma estratégia? Ou se apenas e só se limita a dizer que a anterior plataforma cobrava muito? Tenho dito.” -----

Carla Vieira: “Boa noite a todos, os meus cumprimentos à Mesa, na pessoa da senhora Presidente, ao Executivo, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, caros colegas deputados, munícipes presentes e que nos acompanham. Eu peço que, o tempo não comece a contar, porque tenho uma interpelação prévia a fazer à Mesa. Os tempos que estão no ecrã não são os corretos e, que não são os que constam no artigo vinte e três do Regimento. Recorde que o Regimento foi alterado e, já foi aprovado em Assembleia, em que, o partido Chega tem dezasseis minutos, a coligação Albufeira é TUA tem doze, o Ser Albufeira tem dez, a Iniciativa Liberal tem cinco, os deputados municipais não inscritos têm dois e o senhor Presidente da Câmara tem quinze. Senhor Presidente hoje a minha intervenção é curta, sucinta e é uma recomendação a este executivo. Dado alegado colapso do sistema informático e constrangimentos dos serviços ocorridos no corrente mês de abril, no envio das faturas de água, quer via e-mail, quer via correio ou via postal, a nossa bancada recomenda que



o executivo isente os munícipes do pagamento de qualquer penalização. Penso que, é justo, que é adequado e que é equitativo.” -----

Margarida Guilherme: “Muito boa noite, senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados municipais, senhores munícipes aqui presentes e que assistem através do YouTube, em nome da bancada do Chega, pretendo expressar a nossa mais sentida solidariedade para com todos os afetados pelo incêndio ocorrido no passado dia dezoito de abril, precisamente no dia em que o Rancho Folclórico de Albufeira assinalava os seus trinta e nove anos de existência. Trata-se de uma perda profundamente dolorosa, de um acidente que levou à perda de um espólio de valor incalculável pertencente ao Rancho Folclórico de Albufeira. Aquilo que se perdeu não foram apenas objetos, perderam-se trajes, adereços, instrumentos e peças carregadas de história, memória e identidade. Perdeu-se parte de um património construído ao longo de décadas, por homens e mulheres que dedicaram tempo, esforço e amor à preservação das tradições do nosso concelho. O Rancho Folclórico de Albufeira representa muito mais do que cultura popular. Representa as nossas raízes, a ligação entre gerações e o orgulho na identidade albufeirense. Nestes momentos difíceis, importa reafirmar aquilo que melhor nos caracteriza enquanto comunidade, a solidariedade, a união e a capacidade de nos levantarmos perante a adversidade. Temos a certeza de que, com o apoio da comunidade e das instituições, será possível reconstituir o espólio que foi destruído. Por isso, deixamos uma palavra de ânimo e de coragem aos dirigentes e elementos do Rancho Folclórico de Albufeira, adultos e crianças, para que voltem com a maior brevidade possível a tocar, a dançar e a representar de forma tão dedicada, que os caracteriza, a cultura ancestral de Albufeira. Muito obrigada. Além disso, gostaria ainda de fazer uso da palavra para assinalar um momento de enorme importância para o concelho de Albufeira, para o Algarve e para Portugal, o reconhecimento do Geoparque Algarvensis, como Geoparque Mundial da UNESCO. Trata-se de uma distinção internacional de grande prestígio, que coloca este território numa rede mundial de excelência, composta por apenas duzentos e quarenta e um parques distribuídos por cinquenta e um países. E, Portugal passa agora a contar com sete geoparques mundiais reconhecidos pela UNESCO. O reconhecimento marca o arranque formal do Geoparque Algarvensis, que na sua extensão de território de quase dois mil e quinhentos quilómetros quadrados, inclui cerca de oitocentos e quarenta quilómetros de território marinho. O projeto junta os municípios de Loulé, Silves e Albufeira, que durante anos uniram esforços para que esta classificação fosse possível, integrando um número significativo de sítios de património geológico e cultural de grande relevância. De referir que o Algarvensis é o único geoparque a sul do rio Tejo em Portugal, sendo a entrega do certificado o culminar de um processo longo que coincidiu com o reconhecimento de outros onze geoparques em diferentes pontos do mundo. Mas, esta distinção vale muito mais do que apenas um título, ela reconhece um território com mais de trezentos milhões de anos de história geológica, com valor científico internacional, paisagens únicas e uma identidade natural que importa preservar e valorizar. Gostaria de salientar algumas espécies protegidas e áreas classificadas em cada um destes concelhos. No concelho de Albufeira destaca-se a Lagoa dos Salgados e as espécies protegidas, como o flamingo, o pernilongo e diversas aves migratórias. No concelho de Silves sobressai a área da Serra de Monchique, espécies endémicas e protegidas, como

o carvalho de Monchique e o medronheiro. Além da fauna, em que temos, a águia de asa redonda e o javali, no concelho de Loulé destaca-se o Parque Natural da Ria Formosa em que podemos destacar espécies emblemáticas como o camaleão comum, o cavalo-marinho e aves como colhereiro. Por fim, importa dizer que, o Geopark Algarvensis representa oportunidades concretas para a educação ambiental, para a investigação científica, para o turismo de natureza e cultural e para a diversificação da economia regional e valorização das comunidades locais. Num concelho, tantas vezes associado apenas ao sol e à praia, esta conquista mostra que, Albufeira é capaz de muito mais. Também somos património, conhecimento, natureza, inovação e futuro. E, muitas mais pessoas nos visitarão por sermos património da UNESCO. Por fim, importa deixar uma palavra de felicitação à Câmara Municipal de Albufeira, na pessoa do senhor Presidente Rui Cristina, aos municípios parceiros, à Universidade do Algarve, às entidades envolvidas, à comunidade científica e a todos os autarcas que, ao longo de quase uma década contribuíram para este resultado. Nestes incluem-se o senhor Professor José Carlos Rolo, da Câmara de Albufeira, cuja memória aqui evocamos, senhor Vítor Aleixo da Câmara Municipal de Loulé e, senhora Professora Rosa Palma da Câmara Municipal de Silves. Albufeira, o Algarve, Portugal, estão de parabéns, que saibamos agora honrar esta distinção, transformando-a numa mais-valia para o território e para as próximas gerações.” -----

Domingos Coelho: “Boa noite, mais uma vez. Permitam-me uma palavra para a Mesa e tendo em conta a nova composição da Mesa, pelo menos hoje, eu diria que, não me lembro de uma Mesa que mude tão rapidamente e, em pouco tempo, já tivemos uma Assembleia sem o senhor Presidente e sem a senhora Presidente, os secretários já mudaram todos, inclusivamente hoje os dois, julgo que as faltas estão justificadas. Mas eu diria, permita um pouco de humor, o Chega está a chumbar por faltas logo no primeiro período. Passado este momento, já foi levantada a questão do PDM, seis meses depois, este executivo ainda não nos deu uma palavra, não nos deu o prazer do seu pensamento sobre o PDM, que é um instrumento fundamental de gestão e organização do território. O atual PDM de mil novecentos e noventa e cinco, espante-se, e a sua revisão começou em dois mil e dezasseis, portanto, há dez anos. Bom, esperemos que este executivo não tenha a mesma estratégia do anterior que era, penso eu, deixar as coisas correr e depois na véspera das eleições, enfim, para não frustrar expectativas não se fazia a revisão do PDM. Esperemos que, em pouco tempo que o nosso executivo, nosso da Câmara, não nosso do partido, que defina objetivos, estratégias e que a Câmara consiga fazer uma reunião com os membros da Assembleia e, que, a Assembleia também possa eleger, como já aconteceu no passado, um representante ou um seu representante, junto da Comissão de Revisão do PDM. Porque aqui há uma questão importante, que é um dos problemas para resolver o problema da construção são os terrenos ou a falta deles urbanizáveis. Portanto, nós temos a lei dos solos, ou seja, é mais premente que haja revisão do PDM para integrar a Lei dos Solos, para que se consigam terrenos para a habitação, porque sem terrenos não há habitação. Outra questão, que gostava aqui de levantar tem a ver com o que se passa com a Rua da Bateria, em Albufeira. Que corresponde àquela rua onde está a ser reforçada a falésia, tanto quanto me constou, foram encontradas ossadas, ou seja, há muito tempo que a rua está impedida de circulação de trânsito, estamos a entrar na época turística e para além dos residentes da Rua Nova e todas aquelas

ruas, Rua da Igreja Velha, Rua do Cemitério Velho não têm a possibilidade de levar os seus automóveis e logo as suas compras até próximo das suas residências. Eu julgo que, poderia haver ali uma situação transitória enquanto não se resolve o problema arqueológico, se é que existe, disseram-me, porque há uma grande parte dessa rua já tem o novo muro construído e de outra parte, em que a obra está embargada, parada poder-se-ia pôr ali um separador e o trânsito passar pela rua novamente. Depois, já que o senhor Presidente falou da dessalinizadora, e que diz que é o fim de linha e antes do fim de linha, concordo completamente, há e referiu a questão das perdas, eu pergunto ao senhor Presidente: quanto é que está disponível para investir na questão das perdas de água em baixa? Porque é fácil dizer que é o fim de linha, mas antes do fim temos de investir nas outras. Uma delas é também as bacias de retenção da Ribeira da Albufeira, que com certeza que não serve para água para consumo, mas serve para ir recarregar os aquíferos. E, já agora que estamos a falar da Ribeira de Albufeira, eu levantei a questão do sistema que há ali, diríamos de controlo de cheias, com as tais comportas, não sei se o senhor Presidente já mandou fazer uma fiscalização para comprovar o estado de inoperacionalidade ou não dessas comportas. Gostaria de colocar esta questão. Voltando para a Mesa, a questão da inscrição do público para intervir, o regimento não impõe vinte e quatro horas, nem impõe o meio como, eu julgo que ao colocarmos vinte e quatro horas antes e por via eletrónica restringe muitas pessoas de fazer aqui sua intervenção. A Mesa impus essa regra e ela não está prevista, eu penso que, a fim de que haja uma maior participação, estamos sempre a falar da participação, eu penso que se poderia abrir a possibilidade de sempre de as pessoas se inscreverem na hora e por via não eletrónica.” -----

Presidente da Assembleia: “Muito obrigada, senhor deputado, agradeço a sua informação e as palavras que foram aqui ditas à Mesa. Mas como Presidente Mesa, a mim cumpre-me assegurar que a Mesa esteja composta, e ela está efetivamente composta e bem composta, deixe-me que lhe diga. Relativamente à questão das vinte e quatro horas, eu já tinha dito na última Assembleia Municipal esta questão cinge-se unicamente para que os munícipes tenham efetivamente uma resposta. Aliás, hoje tivemos dezasseis inscrições com o prazo de vinte e quatro horas, que é enunciado no edital de acesso público a todos os munícipes, se eu tivesse permitido que houvesse mais intervenções, os munícipes teriam um minuto para fazer uma intervenção. Portanto, a mim só me apraz que as pessoas venham a esta Assembleia Municipal, coloquem as perguntas e, que, saiam daqui com respostas, que é esse aqui o meu real objetivo na intervenção do público.” -----

Domingos Coelho: “Compreendo a questão que colocou ou a resposta que deu, agora pode haver casos em que, por via eletrónica e com vinte e quatro horas antes que haja vagas, haja disponibilidade, porque nem sempre há dez ou quinze munícipes a querer participar. Portanto, pode haver ou deve haver a possibilidade de a pessoa chegar aqui e querer inscrever-se, e se houver um número, diríamos reduzido, a pessoa poder intervir. Não tem sentido a pessoa chegar aqui, querer intervir e no fundo, vão intervir duas ou três pessoas e a pessoa fica sem poder intervir. Portanto, tem de haver aqui, julgo que uma flexibilidade.” -----

Presidente da Assembleia: “Eu compreendo, senhor Domingos, mas eu acho que os munícipes preferem vir à Assembleia e sair daqui com uma resposta, do que virem, inscreverem se no momento e o senhor Presidente não ter efetivamente uma resposta para dar.” -----

Alberto Saraiva: “Boa noite a todos, começo por cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, meus senhores presentes nesta sala e aqueles que nos ouvem lá em casa através do YouTube. Há momentos na vida do município que é preciso fazer escolhas e mais importante ainda, explicar essas escolhas à população com clareza, transparência e sentido de justiça, conforme decorre dos princípios da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente os princípios de transparência, imparcialidade. Ou seja, em bom português, tenho a obrigação de atuar tendo em vista o bem comum da sociedade. E é exatamente isso que hoje está em causa. Começo pela questão da aprovação dos processos de obras particulares e estamos perante um modelo em que o senhor Presidente da Câmara concentra em si plenos poderes através da delegação de competências previstas nos termos da Lei setenta e cinco de dois mil e treze. É verdade que a delegação é legal, mas a mesma lei também impõe deveres de informação, controle e fiscalização política, designadamente por parte da Câmara e da Assembleia Municipal. A pergunta é simples, onde está o equilíbrio institucional? Onde está o escrutínio político efetivo? Porque não está em causa a legalidade, está em causa a qualidade da democracia local? Relativamente ao ruído, eu iria chamar música, mas seria uma ofensa para os músicos. O senhor Presidente já explicou que, antes do verão iria resolver o assunto, por isso eu só me cumpre informar que este ano, nesta época, neste período, o barulho é superior ao do ano passado, é o que eu posso informar neste momento. Relativamente ao ponto número seis, que vai ser analisado daqui a pouco tempo, o município avança com um contrato público, para serviços de segurança no valor superior a dois milhões, por dois anos, no âmbito do Código de Contratos Públicos. Ora, este diploma exige o cumprimento de principais fundamentos. Perante isto, é legítimo questionar: é proporcional às reais necessidades do município? Foram consideradas soluções alternativas mais eficientes? E, chegamos ao ponto mais sensível, aquilo que toca diretamente as famílias. Os pais das crianças terão de pagar noventa euros, por quinzena, para frequentar atividades de férias de verão, enquanto nos últimos anos eram gratuitas. Aqui, entramos no domínio da atribuição social dos municípios, previstos também na Lei setenta e cinco de dois mil e treze, nomeadamente nas áreas da educação, ação social e promoção de igualdade de oportunidades. E, não podemos ignorar ainda os princípios constitucionais consagrados na Constituição da República Portuguesa, designadamente o princípio da igualdade, artigo décimo terceiro, a proteção da família e infância e o dever do Estado, incluindo as autarquias, de promover condições de acesso equitativo aos serviços. Perante isto, a pergunta impõe-se, como se justifica o investimento superior a dois milhões de euros em segurança, enquanto se introduz um custo que pode limitar o acesso de crianças a atividades essenciais? Que mensagem está a ser transmitida às famílias? Estamos a falar de igualdade de oportunidades, de inclusão e do papel social do poder local. Não podemos aceitar que se peça mais, a quem tem menos. Enquanto se aumenta a despesa noutras áreas com a mesma sensibilidade social, sem a mesma sensibilidade social. Por isso, deixo aqui duas exigências claras, cumprimento efetivo dos deveres de transparência e prestação de contas no âmbito da delegação de competências. Reavaliação urgente da cobrança das atividades de Verão, garantindo o respeito pelos princípios de equidade social e acesso universal. Porque governar não é



apenas gerir números, é cumprir a lei e definir prioridades. Por hoje, infelizmente, as prioridades parecem estar trocadas. Muito obrigado.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira de Olhos de Água: “Ora então, muito boa noite a todos. Quero começar por cumprimentar a excelentíssima senhora Presidente da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores aqui presentes, senhores deputados, meus colegas Presidentes de Junta, todos os munícipes que aqui estão e os que nos assistem lá em casa. Venho aqui de forma a fazer um esclarecimento e um ponto de situação relativamente àquilo que é a deservagem na freguesia de Albufeira e Olhos de Água. Como todos sabemos, isto foi um ano atípico daquilo que é a chuva a que o Algarve está habituado. Choveu mais num ano do que choveu nos últimos dez. Contudo, quero aqui dizer-vos também que recebemos uma reclamação na Junta de um pedido de lavagem. Nós fomos fazer essa dita deservagem e qual não é o meu espanto quando no dia a seguir a ser feita a deservagem, chega-me o email a dizer “Senhor Presidente, e agora quem é que me vai pintar a parede?” Pronto, temos de perceber que a erva está grande e ainda está com muita força. Existem sítios que já foram cortados há cerca de duas semanas e neste momento já estão capazes de ser cortadas novamente. Fui me informar junto de quem sabe e disseram-me “senhor Presidente, você pode cortar as vezes que quiser, enquanto estiver a chover só vai espalhar a semente e ainda vai ser pior a emenda que o soneto. Aquele conselho que eu lhe dou é que, aguarde que comece a secar efetivamente a erva, para que possam começar a cortar e aí sim, vão começar a ver frutos naquilo que é a deservagem.” Portanto, é este o esclarecimento que eu quero prestar aos fregueses, porque somos nós que somos os responsáveis pela deservagem e estou aqui para dizer qual é o ponto de situação. Segunda-feira passada iniciámos o procedimento da deservagem, já está mais calor, no mês em que estamos creio que também já não irá chover assim tanto, não irá prejudicar nem irá fazer o aumento do crescimento das ervas. Portanto espero que fiquem aqui todos esclarecidos. Agradeço a todos a melhor compreensão e colaboração neste sentido.” -----

Nelson Cachita: “Boa noite senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, munícipes aqui presentes e lá em casa. Albufeira prepara-se mais uma vez para receber perto de dois milhões de visitantes ao longo dos próximos meses. Dois milhões de pessoas escolhem o nosso concelho, que sustentam a nossa economia e que no final, seja boa ou seja má, levam consigo uma impressão daquilo que somos enquanto destino. E, é precisamente aqui que temos de ser honestos. Será que estamos preparados? O que vemos no terreno não nos permite responder com confiança. Praias sem intervenção visível, mais pequenas. Obviamente, não é por culpa do executivo que elas estão mais pequenas. Ainda faltam ver como serão dimensionadas as concessões, as vistorias aos apoios de praia ainda estão por realizar. Ruas e passeios com ervas por todo, e níveis de limpeza muito aquém do exigível. Espaços verdes mal cuidados, muitos deles sem manutenção regular. Regras sobre o ruído que continuam sem, eu não quero dizer sem aplicação, mas pelo menos sem resultados visíveis. A ocupação da via pública, que parece muitas vezes depender da vontade de cada um e um policiamento nas praias que, na prática, continua a não responder às necessidades. Importa aqui sublinhar um ponto essencial, em alguns destes casos, os serviços estão concessionados ou entregues a entidades externas, mas isso não

desresponsabiliza o município. Pelo contrário, reforça a sua obrigação, porque quando há contratos tem de haver fiscalização e essa tem sido de forma consistente, uma das grandes falhas nos últimos anos, a ausência de uma fiscalização eficaz, exigente e permanente sobre aquilo que é contratado. Delegar não é abdicar. Externalizar não é deixar de exigir. Cabe à Câmara garantir que aquilo que foi contratado está a ser cumprido com qualidade, com rigor e com prazos definidos. Enquanto isso, os agentes económicos fazem a sua parte. Hotéis, restaurantes, operadores turísticos, concessionários e comércio local estão há meses a preparar a época alta, a investir, a contratar, a melhorar serviços e, bem. Mas esse esforço não pode ser feito isoladamente, o município tem de acompanhar esse ritmo, tem de estar à altura das suas responsabilidades que tem na gestão do espaço público e na criação de condições para que a economia funcione. Porque no final, para quem nos visita, não há distinção entre público e privado. Há uma experiência única. E essa experiência depende, em grande medida, daquilo que é a responsabilidade da Câmara. E ainda há um outro ponto que não pode ser ignorado. Albufeira é hoje o município mais relevante gerido pelo Chega e isso traz uma visibilidade ao partido, como é natural e, por conseguinte, a Albufeira, mas também traz uma responsabilidade acrescida. O concelho estará inevitavelmente sobre um maior escrutínio, que é normal. Todos querem saber o que vale o Chega e Albufeira será o tubo de ensaio. E o senhor Presidente é que lhes vai dizer se o partido está em condições de cumprir o que promete ou não. E nós, albufeirenses, seremos essas cobiças. As falhas serão expostas e os resultados serão avaliados com exigência. Faz parte do exercício democrático, e é nesse contexto, há algo que começa a ser evidente e com a constante remissão de responsabilidades para o executivo anterior, começa a perder força, senhor Presidente. Os problemas são conhecidos, as áreas críticas estão identificadas e o tempo de diagnóstico já passou. O turismo é a principal fonte de rendimento de Albufeira, e a função do município é clara garantir condições para que essa atividade possa decorrer com qualidade, organização e previsibilidade. Não estamos a falar de detalhes, estamos a falar do que é essencial, porque cada falha no espaço público é uma falha na experiência de quem nos visita, e cada má experiência é uma oportunidade perdida. A pergunta mantém e é incontornável, estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para garantir que quem nos visita quer regressar? A Iniciativa Liberal entende que é tempo de passar das intenções à exigência, mais fiscalização, mais execução, mais responsabilidade. Porque o sucesso de Albufeira não se anuncia, constrói-se. E começa precisamente por aquilo que é básico. Disse.” -----

Maria José Leote: “Boa noite, senhora Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados presentes e caríssimos munícipes, sintam-se todos cumprimentados. Volto à questão já levantada pelo senhor deputado Alberto Saraiva relativamente à educação no verão, tive o cuidado de ler o que está na página oficial da Câmara Municipal e pretendo alguns esclarecimentos, sobretudo. O primeiro esclarecimento é relativamente à seguinte frase “os valores de participação por campo são os mesmos que os do ano passado”, é uma frase que está na página da Câmara. Ora, esta frase causou-me estranheza na medida em que os campos da educação no verão não eram pagos desde a pandemia. Outra questão que se coloca é, são referidos os valores em causa e depois diz-se que o preço inclui refeições. Portanto, gostaria que me esclarecesse ou que nos esclarecesse e aos munícipes em particular, se o valor de vinte euros escalão A, trinta e sete e meio escalão B, e setenta

e cinco valor normal se inclui realmente as refeições como está fixado no site da Câmara? Por último, a nossa bancada considera que perante a situação atual, em que o custo de vida aumentou devido aos preços dos combustíveis, etc., que deveria haver aqui uma distinção entre quem pode e quem não pode, não é? Portanto, não nos parece mal que quem pode pague, mas não compreendemos muito bem aqui o escalão A escalão B, até porque por vezes as pessoas que são qualificadas com escalão B são pessoas que também têm dificuldades e isso deveria ter sido tomado em conta. Portanto, trata-se de um esclarecimento e ao mesmo tempo, de uma solicitação.” -----

Ana Pífaro: “Boa noite a todos, cumprimento a senhora Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, membros da Mesa, vereadores aqui presentes, Presidentes de Junta, colegas de bancada, público aqui presente e lá em casa. Como o tempo já não é muito, eu vou ser rápida e sucinta naquilo que me traz aqui hoje. Conforme já tinha dito na última Assembleia Municipal, a iluminação do Pau da Bandeira estava desligada e assim continua, a iluminação do eixo viário entre a rotunda dos golfinhos e a rotunda da Marina também tem a maior parte dos seus postes de iluminação desligados e, é um percurso que não tem passeio, que tem muita gente a circular durante a noite e que se torna extremamente perigoso, na minha opinião, que vivo naquela zona. Já aqui foi mencionado por alguém no público relativamente ao elevador da Praia do Peneco, que está parado, seria importante perceber quando é que ele começa a funcionar, uma vez que a época balnear inicia-se em quinze de maio. Relativamente à deservagem, já houve aqui várias explicações, eu devo dizer que nenhuma me convence. Isto porque, independentemente das interpretações que temos, a deservagem além do mau aspeto que causa a quem nos visita, causa um desconforto ainda maior a quem cá vive, eu posso dizer que estive aqui um munícipe a queixar-se da urbanização dele, na minha urbanização há zonas onde o pasto, porque já não são ervas, é pasto, já mede mais que o meu filho, que tem nove anos. Temos uma infestação de baratas na urbanização, de ratos, já foram feitos pedidos, inclusive à Câmara. Por isso eu deixo aqui um apelo, que esta situação da deservagem seja da Câmara, seja das Juntas de Freguesia, seja repensada. Há zonas do concelho que não são deservadass desde Setembro. Relativamente à insegurança na noite, já várias coisas foram aqui mencionadas, eu acho que aquilo que é importante é que seja transmitida à população quais é que são as medidas que vão ser tomadas para este verão que está já aí à porta. Relativamente aos campos de férias, eu não vou abordar a questão do pagamento que já foi aqui abordada, o tempo também já não é muito, penso que o senhor Presidente ou a senhora Vereadora irão responder. Eu vou continuar a focar-me naquilo que acho que também é um dos grandes problemas, daquilo que é o regulamento dos campos de férias e a sua falta de equidade, já tive oportunidade de transmitir nos mandatos anteriores, inclusive naqueles que fiz parte e também agora, neste novo mandato, que tem a ver com o facto de os campos de férias são feitos única e exclusivamente para as crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino do concelho. Qualquer criança que viva no concelho de Albufeira, mas estude numa escola fora do concelho, fica automaticamente excluída de poder usufruir desse serviço. Vou dar um exemplo prático, uma família que vive e trabalha em Tunes, mas tem o seu filho inscrito numa escola de Ferreiras, a criança pode usufruir dos campos de férias. Uma criança que viva com os pais e que os pais trabalhem em Albufeira, mas que estude num outro concelho, não tem esse direito. Eu pergunto onde é que está a equidade de um sistema que não tem

em conta quem cá paga os impostos, quem cá trabalha e quem cá vota? Por fim, porque acho que ficou por responder, do senhor Presidente, provavelmente por lapso, que tem a ver com a pergunta que foi feita relativamente ao Gerson Baldé, sempre foi apanágio desta Câmara, deste município, homenagear os seus atletas que cumpriam ou que atingiram fins, sejam locais, nacionais ou internacionais, eu acho, não sei se foi por indisponibilidade de agenda de uma ou das duas partes, mas acho que seria importante continuar-se a manter essa tradição. E, fiquei aqui também com uma dúvida, relativamente à questão que foi colocada das cargas e descargas, se estiver errada corrija-me, eu acho que não é necessário um plano de mobilidade para regular essas coisas, existe um horário de cargas e descargas, ele tem de ser cumprido e tem que ser fiscalizado. Pelo menos foi sempre isso que acontecia no passado, muitas das vezes com a falta de fiscalização, não vamos agora também escamotear as coisas, mas eu acho que, isto tem tudo a ver com a falta de fiscalização e os horários não são cumpridos e qualquer um, mas de há vários anos, não vou estar aqui a ser demagoga, a dizer que é dos últimos sete meses, porque não é, é de há anos para cá que os horários de cargas e descargas não são cumpridos e, na minha opinião, por falta de fiscalização.” -----

Henrique Coelho: “Senhora Presidente cumprimento, cumprimento ao senhor Presidente da Câmara, sua Vereação, os Presidentes das Juntas de Freguesia, público aqui presente, ilustres deputados, minhas senhoras e meus senhores. A deslocalização do anticiclone dos Açores, responsável pelo carrossel de intempéries que assolou o país e encheu as barragens, fez esfriar o debate público sobre a falta de água no Algarve. É nesta conjuntura silenciosa que o Governo concluiu o processo respeitante ao projeto co-financiado pelo PRR para a instalação da dessalinizadora no nosso concelho, cuja obra foi anunciada há dias pelas Águas do Algarve. Albufeira carece de investimento público a sério para não perder competitividade e revitalizar a sua economia que contribui fortemente para o PIB nacional. Neste contexto, a água não pode faltar nas torneiras, o que requer gestão eficaz em todas as vertentes, sendo que a dessalinização devia ser considerada apenas como última hipótese. Senão vejamos, a manter-se a indefinição do anticiclone dos Açores, que não voltou totalmente à sua posição inicial, é previsível que a instabilidade climática associada se traduza em maior pluviosidade no futuro e o projeto em questão poderá tornar-se mais um elefante branco por falta de avaliação técnico-científica. Dois, na perspetiva da bancada do Chega, barragens e represas de superfície na serra algarvia seriam opções mais sensatas, amigas do ambiente e dimensionadas para abastecer as populações e incentivar o regadio e alimentar os lençóis freáticos da região. Três, será um desperdício a ribeira de Quarteira, ali ao lado, lançar ao mar o equivalente à dessalinização que, salvo melhores explicações técnicas, agride o ambiente, afeta o ecossistema e repercute negativamente nas economias da pesca e do turismo. Este presente mal embrulhado, não teve rejeição no passado, aparentemente os incumbentes políticos locais não se opuseram nem esclareceram a população sobre os inconvenientes, muito menos mostraram sabeis, a exigir compensação útil face à decisão consumada pelo Governo. Senhor Presidente, julgamos que já não é possível travar este projeto, a não ser que ainda falte o parecer de algum organismo público ou corporativo desconhecido, com assento no circo burocrático que emperra este país. Nestas circunstâncias, resta-nos apoiar vossa excelência nas démarches para obter garantias que minimizem



as contrariedades da dessalinização e incentivá-lo a ser firme com o Governo na negociação de contrapartidas para colmatar outras lacunas existentes no concelho. Tenho dito.” -----

Otelo Cabrita: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores secretários, senhores Vereadores, estimados deputados municipais, público presidente e todos aqueles que nos veem através do YouTube, muito boa noite. Albufeira, o nosso concelho distingue-se pela singularidade das paisagens, do campo e da praia, do interior e da beira-mar, da particularidade da sua fauna e da sua flora e pela valorização dos legados material e imaterial. Na sequência do atrás exposto, venho por este meio fazer um apelo a quem de direito para consciencializar a comunidade e os serviços, porque a natureza precisa ser cuidada, tem de haver apostas na reflorestação, têm de ser plantadas árvores, a verdura precisa ser defendida, pois o oxigénio faz-nos falta. O domínio público sobre a falésia passou a privado desde o Barranco das Belharucas até à Praia das Açoteias, pertence ao Pine Cliffs Golf Course esse espaço. E uns duzentos metros à direita do Hotel Epic Sana, até à marina de Vilamoura é do domínio público, mas a floresta está ao deus-dará, onde é bem visível o desleixo de quem de direito na preservação das áreas envolventes, como veredas onde não deveriam circular veículos, árvores abandonadas, raízes que desistem de segurar a terra, vegetação pisada, brechas que se ampliam frente ao mar que galgam o areal. Compreendo que poucos deem importância à falésia, pois nem pouco mais ou menos se apercebem que é do mais belo que se pode admirar, indo por ali, navegando em frente, voando de parapente ou numa avioneta. Uma vista única, um património rico, uma beleza indescritível, só entendida por quem viajou por esse mundo fora e a pode comparar. Por quem anda pelo Algarve e se esforce para compreender o desleixo que referi, basta comparar o trabalho promocional feito pelas encostas dos outros concelhos algarvios com costa marítima, uns melhores que outros, mas todos preocupados na dignificação da sua costa. Considero que nada melhor para que tudo isto seja garantido do que pouco a pouco se vá mobilizando gente para que respire ar puro, para que caminhe. Caminhar é uma atividade não competitiva, praticada essencialmente em ambientes naturais, obtendo os seus praticantes os benefícios inerentes à prática de atividades ao ar livre, funcionando como uma forma de escapar ao sedentarismo do dia a dia, permitindo um maior conhecimento de nós próprios. Pelo facto de ser praticado na natureza, o passeio proporciona uma interação que incentiva a observação desse meio, levando a um maior conhecimento dos valores naturais, tais como a geologia, a fauna, a flora, o que deve contribuir para promover o seu respeito através da sensibilização e educação ambiental. Além disso, é geralmente praticado em grupos, tanto familiar quanto de amigos ou mesmo plenos desconhecidos. Enfim, uma excelente forma de promover o convívio e preservar a saúde. O que recomendo é que seja implantado um passadiço no domínio público marítimo sobre a falésia até à rocha Baixinha Nascente. Portanto, vou entregar à mesa oito fotos que ilustram esta minha apresentação. Muito obrigado.” (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Presidente da Câmara: “Vou tentar responder por ordem, a senhora deputada Helena Palhota, como eu já tinha dito, o evento Albufeira Radical foi vocacionado para os mais jovens e, quer-se comparar o incomparável. Sea Fest, teve mais atividades onde envolvemos diretamente os albufeirenses, o street food não foi à borla e para os mesmos de sempre, os artistas são artistas de cartaz, um bem mais valiosos, mais onerosos, está à vista, quer se tapar o sol com a peneira, mas não é possível.

Foram menos oitenta mil euros, com mais tudo, com mais afluência e com mais participação dos albufeirenses. Já percebi que também a senhora deputada só vê estranheza agora, visto que nos últimos quatro anos não viu essa estranheza nas atuações do anterior executivo relativamente às festas e talvez defendesse os sete milhões e meio que foram gastos, foram investidos ou gastos ou foram despendidos por este município no ano passado em festas e eventos. Relativamente ao subsídio de penosidade, os funcionários irão receber este subsídio. O processo estava dependente para aguardar o parecer, porque os eletricitas também queriam o subsídio. E teve de ser avaliada a legislação, os trabalhadores vão receber o subsídio com retroativos de janeiro de dois mil e vinte e seis e já foram informados pelos recursos humanos. Relativamente a nudismo, barulho, bem sabemos as dificuldades, o que está a acontecer neste município. Também sabemos quais são as dificuldades para implementar novas regras. Ao contrário, nós estamos aqui há seis meses, não há seis anos, ou há quatro anos ou há três anos e houve quem cá estivesse durante vários anos e pouco ou muito pouco fizesse relativamente a este problema, acaba por ser bastante irónico. Estamos a trabalhar neste sentido, vamos apresentar medidas, estamos a correr contra o tempo, estamos a lutar contra o tempo, isso é visível. Se está a ser fácil? Não está, mas que vão haver medidas, irão. Estamos a dias de isso acontecer. Relativamente ao Plano Diretor Municipal, estamos a analisar, estamos a avaliar, estamos a preparar a estratégia. Virão novidades a caminho. Relativamente à taxa turística, no relatório anual do órgão de gestão ou de administração, relatório de atividades e contas que vai vir a votação, está lá explícito o valor ronda os onze milhões e meio, tivemos de alterar a metodologia de cobrança desta taxa que funcionava mal, que era bastante onerosa para o município e decidimos adotar uma solução, uma opção que é utilizada em cerca de noventa por cento dos municípios. Relativamente à senhora deputada Carla Vieira, agradeço a recomendação de isentar os municípios das taxas de cobrança de água devido ao colapso informático. Iremos ver com os serviços, como é que será possível. A senhora Margarida Guilherme, será respondida pela senhora vereadora Cristina Corado. Relativamente à intervenção do senhor deputado Henrique Coelho, vou aproveitar para responder também ao Domingos Coelho, vou aproveitar para responder relativamente à dessalinizadora, até acabei por escrever aqui algo sobre isto, que fique bem claro eu não sou contra a dessalinizadora, o que eu não posso aceitar é que, a dessalinização seja apresentada, como eu já disse aqui, como a primeira resposta para um problema estrutural, que durante anos não foi prevenido nem planeado como devia ter sido. A decisão de avançar para esta infraestrutura surgiu num contexto de emergência, quando o Algarve enfrentava uma seca severa e o risco de faltar a água era real. Neste momento e perante a gravidade da situação, os benefícios imediatos podiam justificar essa decisão. Mas uma coisa é decidir sob pressão, outra, bem diferente é querer transformar uma solução, como já aqui disse várias vezes, no último recurso uma solução corrente, sem esclarecer todas as dúvidas técnicas, ambientais e estratégicas que continuam por responder. E aqui é que está o essencial da minha posição. Hoje não estamos perante este quadro de urgência absoluta, também estamos com espaço temporal curto, mas temos algum tempo. Há tempo e há o dever de reavaliar com rigor este projeto, os seus custos, os seus impactos e as suas falhas. Porque estamos a falar de uma infraestrutura prevista para o concelho de Albufeira, numa das zonas costeiras mais valiosas, sensíveis e mais importantes do Algarve e do país. E este tipo de solução só



deveria avançar depois de serem seriamente consideradas outras respostas estruturais, como eu tinha referido logo na intervenção do público, que é a das barragens, das bacias de retenção, o transvase do Pomarão, recarga de aquíferos, como já tinha aqui dito, e o combate real às perdas de água na rede. Perguntou-me se iria investir nesse combate, se houver fundos, claro que sim, irei investir, porque como sabe, se o município tivesse sobejamente, se tivesse alicerçado de milhões e mais milhões de euros, esta seria claro uma das nossas primeiras bandeiras. Como tal, teremos de esperar por fundos da comunidade para podermos avançar relativamente a essa batalha. Agora o estudo de impacto, isto é uma coisa que tem de ficar aqui, claro, e tem que ser esclarecida, o estudo de impacto ambiental da central dessalinizadora está claramente condicionado. Não foram integrados os molhes da Marina de Vilamoura nem dos de Quarteira. As ONG emitiram pareceres desfavoráveis. O próprio estudo indica condicionantes relevantes antes, durante e após a empreitada. Nós sabemos que setenta e três por cento dos ventos são predominantes de poente para nascente, ou seja, estes tipos de omissões acabam por tornar ainda mais graves as soluções. A própria declaração que é feita de impacto ambiental após o estudo de impacto ambiental recomenda a correção da profundidade do emissário de descarga da salmoura, mais, que ninguém fala nisto, mais metais pesados e contaminantes químicos, que está prevista para sete virgula nove metros de profundidade, quando a profundidade feixe nós sabemos que aqui nesta costa é entre os oito e os dez metros. Ou seja, isto significa que a cimentação entre, oito e dez metros de profundidade muito naturalmente, podem vir parar à costa, às areias. Ou seja, as areias vão parar à costa. Fui verificar o projeto e nada disto foi corrigido. Continua com a mesma profundidade. Acresce que este emissário dentro de água tem um comprimento de cerca de mil e trezentos metros de comprimento, ou seja, numa costa de baixo declive como a nossa, isto levanta dúvidas sérias. Se fosse em águas profundas já não seria. Ou seja, basta comparar com Barcelona, que tem os declives a mesma morfologia de costa que a nossa. Aí, em vez de ter mil e trezentos metros de comprimento o emissário tem três quilómetros de comprimento, três mil metros e tem uma profundidade de trinta metros. Para vocês perceberem, a diferença é evidente. Por isso, surgem aqui várias dúvidas relativamente ao emissário, à descarga de salmoura aos contaminantes. E aqui também a falta de não ter sido considerado os molhos. E o que este executivo exige é rigor, transparência e seriedade. Porque se houver falhas estamos a pôr em risco uma das zonas costeiras, como já aqui disse, mais valiosas. Se houver dessalinizadora então tem que exigir um projeto que seja robusto, tecnicamente credível, ambientalmente seguro e sustentado num estudo de impacto ambiental completo, sem omissões e sem remendos. E digo-vos isto também com frontalidade, custa-me ver responsáveis políticos que representam a região, que falam deste assunto sem o terem estudado ou sem se terem debruçado, limitando-se apenas a defendê-lo por alinhamento partidário. Isto sim é que é populismo. Isto não é sentido de Estado. Isto é política pequena e porque nós fomos eleitos para defender as pessoas e não para defender partidos. E, por isso há aqui uma grande incoerência e por isso nós, este executivo quer é soluções. Soluções seguras, estudadas e responsáveis. Isto é relativamente à central de dessalinização. Relativamente ao senhor deputado Alberto Saraiva, falou na delegação de competências no urbanismo. Como sabe, sou engenheiro civil, somos apenas três, não temos a maioria, somos três, o Presidente e mais dois vereadores, com pelouros, não vejo mal nenhum nisso, que esteja espelhado em mim essa área, do

urbanismo. Mas, também houve aqui algo que me levantou aqui algumas dúvidas. Também sei que, foi sempre crítico aos executivos anteriores, mas há que assentar aqui critérios claros e precisos. Afirmou que se optou por gastar mais em segurança. Mas isso não corresponde à verdade, e temos de ser sérios nas leituras. Em dois mil e vinte e cinco, o município gastou cerca de novecentos e doze mil euros com iva em vigilância. Em dois mil e vinte e seis a estimativa global ronda os novecentos e oitenta e sete mil euros, o que demonstra que os valores estão equilibrados. Esta diferença de duzentos mil euros que há, explica-se em grande parte, pela inflação e pelo aumento generalizado dos custos e pela evolução do preço hora neste sector, como sabe, é obrigatória vigilância para Centro de Saúde, para edifícios dos paços do concelho, serviços de atendimento do pessoal, para piscinas municipais, estacionamento, escadas rolantes até para os próprios eventos. Por isso é que não entendo o porquê, quer dizer, estamos a aumentar e estamos a apostar na vigilância. Nós estamos a dar continuidade, eu não posso é continuar a fazer ajustes diretos, não é? Como deve imaginar, já tivemos de fazer um ajuste direto há pouco tempo e não quero continuar a fazer ajustes diretos. Tenho de fazer um concurso internacional que será para dois anos. Relativamente às restantes questões a senhora vereadora responde. O senhor deputado Nelson Cachita, concordo com as críticas, as coisas estão à vista. Dependemos muito do outsourcing, mas também depende da nossa fiscalização. Estamos a tentar, é muito limitada, muito reduzida, temos de melhorar, os técnicos têm de nos ajudar nisso, quem faz parte destes departamentos. Estamos a ultimar esforços nesse sentido. A época balnear, como disse, está aí. Estamos, como disse há pouco, a trabalhar para atuar na regulação. Tem de haver regulação, tem de haver medidas, estamos a dias. Espero que estejamos a poucos dias e não a muitos, para bem de todos os albufeirenses, para aqueles que sofrem com o ruído, para aqueles que sofrem com alguma insegurança notada em alguns centros neurálgicos do concelho. Vão haver medidas porque esse é o único caminho. Já iniciamos a noite segura, demos continuidade à noite segura. Já também enviamos esforços e reunimos com a Guarda Nacional Republicana, a nível regional, a nível nacional. Esperamos ainda um maior reforço dos meios, do que aquilo que tivemos no ano passado. Estamos a formar mais efetivos para a polícia municipal, vamos contratar mais polícia municipal, são nove efetivos que andam na rua. Estamos a trabalhar na continuidade para a implementação de mais CCTV. Estamos a dar o melhor para fazer a diferença. Mas foi como o senhor deputado disse, é um grande barco, é um grande desafio e cabe-nos a nós estarmos à altura destes desafios. Espero estar, estamos a trabalhar para isso. Há muita gente a olhar e estaremos cá para prestar contas. Relativamente à senhora deputada Maria Leote, responderá a senhora vereadora Cristina Corado. A senhora, membro da Assembleia Municipal Doutora Ana Pifaro, Gerson Baldé, albufeirense, já tinha dado aos serviços indicação para contactar. Ainda há pouco, enviei mensagem a saber como é que está a situação. É albufeirense, tem de ser reconhecido pelo nosso município, é só assim que tem de ser e é só assim que deve de ser. Vamos realçar e vamos valorizar esse feito. E, vai responder o senhor vice-presidente relativamente às outras questões. Relativamente ao senhor deputado Otelio Cabrita, excelente intervenção, sem sombra de dúvida, concordo em muito ou na íntegra com aquilo que acabou de dizer. É um espaço valioso, ainda agora recebemos a bandeira da UNESCO e parte do Algarvensis tem muito a ver com aquela falésia. O passadiço foi algo que nós apresentamos no nosso programa eleitoral, não será



de um dia para o outro. É um projeto com alguma magnitude, com uma grande magnitude e agradeço-lhe essa maneira construtiva de fazer oposição. É assim que deve ser feito. O meu muito obrigado.” -----

Vice-Presidente: “Para responder à Doutora Ana Pífaro, a iluminação do Pau da Bandeira, recebi uma mensagem hoje logo de manhã, pelas nove e meia da manhã do senhor diretor, a dizer que, a iluminação do Pau da Bandeira já funciona e a E-redes reparou a avaria. Portanto, já tinha sido comunicado na outra Assembleia e acontecia que, aquilo tinha um cabo cortado, porque há lá uma obra e segundo consta, constantemente estavam a cortar o cabo. Portanto, já está reparado senhora deputada. Relativamente à deservagem nós estamos atentos, estamos a ver as coisas pontuais, estamos a conjugar com as Juntas, mas também o próprio município está a fazer esforços para tentar colmatar essa carência. E o outro sítio que me falou de iluminação, se bem se lembra, tinha falado no eixo viário, nós reparámos, acho que, dois dias depois voltaram a derrubar outro poste.” -----

Vereadora Cristina Curado: “Em resposta à deputada Margarida, queria dizer que, efetivamente, foi uma perda irreparável aquilo que sucedeu ao espólio do Rancho Folclórico de Albufeira. Estamos cá para ajudar o rancho a recuperar muitas das peças perdidas. Provavelmente, a totalidade nunca irá ser possível, mas certamente que estamos cá para ajudar nesse processo e apoiar também o rancho e todos os seus elementos que certamente estarão a sofrer muito neste momento, quando não podem ir fazer as atuações que costumavam fazer com a perda que tiveram. Relativamente às questões colocadas pelos três deputados, vou responder em simultâneo, porque é o mesmo assunto. Ao deputado Alberto Saraiva, deputada Maria Leote e Ana Pífaro, queria dizer o seguinte, relativamente a este assunto, tivemos a preocupação de ver os valores de anos anteriores e os primeiros valores que eu tenho aqui remontam há doze anos atrás. Os valores cobrados de dois mil e catorze e dois mil e quinze, eram sem escalão setenta euros, trinta e cinco euros escalão B, escalão A vinte euros. De dois mil e dezasseis a dois mil e dezanove, setenta e cinco euros sem escalão, trinta e sete euros e cinquenta cêntimos escalão B e vinte euros escalão A. Em dois mil e vinte, infelizmente aconteceu aquilo que todos sabemos, que foi o Covide e foram tomadas medidas excecionais. E essas medidas excecionais foram tomadas porque efetivamente era uma situação de exceção. Isto dura desde dois mil e vinte a dois mil e vinte e seis, esta situação. O Covid já passou há algum tempo, eu sei que a conjuntura atual não é fácil, é verdade, não é fácil, mas não é comparável com a situação que tivemos, com o Covid. E, Deus nos livre, que volte a acontecer uma situação idêntica. Se acontecer, certamente que o município estará cá para apoiar novamente as famílias. Queria dizer também que, relativamente aos valores propostos para este ano os valores são menos que os valores de dois mil e dezasseis e relativamente ao escalão A é o valor ainda mais baixo do que o ano dois mil e catorze, o que denota uma preocupação com aqueles que menos podem pagar. Temos vinte por cento de desconto para irmãos, portanto eu penso que foi em relação aos valores. Acho que, não há mais nada a acrescentar. Relativamente ao transporte, o que cobramos por quinzena são dois euros ao escalão A, quatro euros ao escalão B pela quinzena e oito euros ao sem escalão. Relativamente às refeições, o preço cobrado é um preço que já vem de há muito tempo, também, é um euro e quarenta e seis por refeição, escalão B cinquenta por cento e escalão A gratuito. É aquilo que neste momento podemos dar. Se podemos dar mais, se podermos dar menos, também gostava. Respondendo à questão



colocada pela deputada Ana Pífaro, em relação àquelas famílias que não têm cá os meninos a estudar durante todo o ano e que gostavam de usufruir também deste sistema, destas férias de verão, realmente damos prioridade àquelas famílias que escolhem Albufeira para os seus filhos estudarem. Certamente que, se tivermos muitas vagas disponíveis, provavelmente iremos poder abranger as outras situações. Mas efetivamente, agora, neste momento, é essa a nossa prioridade. Efetivamente, há muitos municípios que não têm este tipo de serviço, provavelmente os meninos que estudam em outros concelhos não têm este serviço porque os respetivos municípios não o prestam. Ainda bem que nós o conseguimos fazer e certamente no futuro, se tivermos uma situação de exceção, com certeza que iremos avaliar e analisar e tomar as medidas necessárias.” -----

Uma vez chegada as vinte e duas horas e trinta minutos a Presidente da Assembleia colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, a Presidente da Assembleia deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: “Eu tenho dois esclarecimentos, na página vinte senhor Presidente da sua informação escrita, e vou voltar a uma questão que já foi falada nesta Assembleia, que é o concurso público do levantamento e reposição, construção e reparação de passeios em zonas pontuais do concelho de Albufeira, no valor de duzentos e oitenta e um e qualquer coisa. Questionamos, senhor Presidente, se este procedimento é novo, conforme anunciado pelo senhor Presidente ou se já vem do anterior executivo? Notamos também, até com alguma surpresa, uma empreitada de reabilitação da sala do Senhor Presidente e salas contíguas no valor de cinquenta e nove mil seiscentos e dezassete euros. Questionamos, que alterações vão ser realizadas para uma dispensa desta monta?” -----

Helena Simões: “Foi deliberado aprovar a denúncia do protocolo celebrado entre o município de Albufeira e o Digital Nomads Association Portugal, eu gostaria de receber a resposta, o que é que motivou ter-se denunciado tal protocolo? Até porque, numa partilha realizada pelo vereador Victor Ferraz, os próprios da associação, responderam e disponibilizaram-se para marcar uma reunião porque estavam em crer que não havia fundamento para a denúncia do dito protocolo. Sendo que, hoje em dia sabemos que é prática comum viver-se e trabalhar-se muitas das vezes para um outro país e Albufeira e, efetivamente o Algarve, Portugal é um destino atraente e atrativo para os nómadas digitais. Pelo que, questiono o porquê, qual foi a decisão? Com base em que análise foi decidido fazer essa denúncia? Depois, há um ajuste direto para a aquisição de serviços de auditoria externa aos serviços informáticos do município de Albufeira, da empresa Eurotux Informática, S.A., como o contrato está disponível na base Gov., mas no entanto não refere os serviços a prestar e refere que, para apurar os serviços a prestar terá que se socorrer das peças, nomeadamente caderno de encargos e proposta de adjudicação, eu solicito acesso aos ditos documentos para que possa

avaliar o valor adjudicado e o serviço a prestar, para ter uma noção. Depois, há um ajuste direto para fornecimento e montagem de eletrodomésticos em frações de habitação para renda convencionada da empresa. Martins & Correia, Lda, face ao valor, não foi reduzida a forma escrita porque é inferior a dez mil euros, eu questiono os ditos equipamentos já se encontram instalados? Encontram-se guardados em armazém, vão ser instalados e onde? O porquê desta empresa? Uma vez que ainda por cima não obedece à forma escrita face ao valor? E, questiono também se existe alguma relação de afinidade ou familiar, atual ou anterior, com algum dos membros do executivo? Depois, no que concerne reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, recordo todos os processos judiciais têm de ter obrigatoriamente valor atribuído, pelo que eu presumo que seja por uma gralha, que os novos processos não contemplem lá o valor pelo que solicito a correção. Depois, no que concerne a dois processos em concreto de contencioso pré contratual, um da Inforlândia e outro do Norte e Dia vigilância, Lda, eu solicito das duas uma, ou as peças processuais que eu já sei que o Departamento vai me responder que não pode, ao abrigo do RGPD. Pronto, quando poderia perfeitamente anonimizar os nomes das entidades e os nomes dos envolvidos, ou então uma súmula das posições das partes aqui em confronto. E, eu recordo que, as partes são a Câmara e as duas entidades que referi. E tenho dito.” -----

Domingos Coelho: “Permita-me só meio minuto em relação ainda às questões que eu coloquei anteriormente. Espanta-me, como é que o executivo e o respetivo pelouro não têm conhecimento do que se passa na Rua da Bateria? Será que a rua da Bateria não fica em Albufeira? E, já agora, permita também, senhor Presidente, em relação à incoerência de alguns políticos regionais a propósito dessalinizadora, e recordaria que, o senhor Presidente já foi a favor, há declarações nesse sentido e numa altura em que as medidas minimizadoras não eram tão exigentes quanto são hoje, quanto ao resto, posso estar de acordo. Bom, em relação à informação do senhor Presidente, constatar que este executivo vem um pouco na linha do anterior em que a maioria dos procedimentos são de ajuste direto. Por acaso, permitam-me aqui um parêntesis, há dias vi o senhor deputado André Ventura, dizer que, o ajuste direto é o primeiro passo para a corrupção. Claro que, eu não estou a fazer aqui nenhuma comparação, o que posso querer dizer aqui é que, o Chega tem um discurso a nível nacional diferente daquele, quando o Chega é poder. Ou seja, é a realidade. Já agora, dizer que, o senhor Presidente tem vinte e três procedimentos, doze foram ajustes diretos e o senhor vice-presidente em oito, seis foram ajustes diretos, portanto, mais de cinquenta por cento. Depois, aparece aí só um tipo muito lacónico, quase um título aprovado o mapa estratégico do concelho. Não há qualquer outra informação, não obtive, não sei o que é que se trata, agradecia que esclarecesse. Quanto à execução orçamental, está a decorrer normalmente, anda aqui a execução da receita, receita corrente dezanove por cento, a despesa corrente catorze por cento, portanto de algum modo estes dezanove por cento da receita corrente parece que enfim a receita está a correr bem, portanto não temos o concelho em crise económica ou financeira. O que me espanta é, por um lado a despesa de capital, só dez por cento, mas ainda maior espanto é que a rubrica habitação tenha uma execução de zero virgula cinquenta e três por cento, quer dizer, meio por cento, bom para quem prometia mil e quinhentas habitações, mais zero menos zero. Porque nas promessas, mais zero menos zero a coisa é igual. Deixando esta parte, um pouco mais de já a atirar para o humor, coisas

bem mais sérias que têm a ver com recursos humanos. Mais uma vez aparece a informação do senhor Presidente exonerações, nomeações, até há um caso de uma funcionária que foi exonerada, foi nomeada, foi novamente exonerada em três meses, enfim, passou de exonerada, nomeada e exonerada. Provavelmente terá havido um caso de grande monta para acontecer ou então há aqui uma falta de critério gritante neste processo de gestão de recursos humanos. E já agora, uma questão, uma pergunta, para os funcionários que foram suspensos por noventa dias, julgo, se já há nota de culpa? Se há algum inquérito decorrer, algum processo disciplinar? Se já regressaram ou se regressados, voltaram a ter, digamos que uma nova suspensão? Ou seja, era o ponto da situação sobre os recursos humanos, que eu diria tem dado brado na nossa praça e não só. E outra pergunta em relação a isto é, o nível, o montante das indemnizações que já foram pagas a estas pessoas, porque a Câmara, isto tem que ir tocar na despesa com pessoal. Não é por acaso que já houve, talvez, penso eu, na revisão orçamental, um reforço de dez milhões para despesas com pessoal. Portanto, a minha pergunta é, qual o valor das indemnizações? E, a questão é ainda outra, é que os funcionários que estavam continuam cá, porque continuam a ser funcionários e temos que acrescentar aqueles que vieram substituí-los. Portanto, tudo isto, vamos ver como é que vai, digamos, bater nas despesas com pessoal. E outra questão que gostaria aqui de colocar, que é um pouco aquela ideia de que o município está em crise financeira, relembro que as transições de saldo foram de quarenta e oito milhões e ainda temos, ou tem a Câmara dez milhões do empréstimo por utilizar. Portanto, não podemos falar em falta de verbas.” -----

Presidente da Câmara: “Responder à senhora deputada Carla Vieira, relativamente às calçadas, vem de outro executivo, tentamos aumentar o valor, mas não havia cabimentação para tal. Queria lançar um procedimento de meio milhão, porque acho que os duzentos e oitenta não chegam para a transformação que nós pretendemos. Relativamente à obra que falou, foi feita uma consulta de três entidades relativamente a isso, o nosso gabinete tinha de ser reformulado, principalmente a questão do eco e de infiltrações, naquele edifício. O valor mais baixo foi este, significativamente mais baixo e vai ser reformulado sim. Relativamente à senhora deputada Helena Palhota, responde a senhora vereadora Cristina Corado. Algumas questões que eu vou responder, a auditoria, foi feito um ajuste direto, a uma auditoria informática, foi pedido aqui alguma informação, nós responderemos por escrito, como é do nosso apanágio. Relativamente ao senhor deputado Domingos Coelho relativamente à dessalinização, sim, volto a reafirmar aquilo que sempre disse, nunca fui contra. Na altura era contra, estávamos em seca severa, as condições eram completamente outras, mas sempre defendi os transvases e continuo a defender que, essa é a medida que deve ser implementada. Se há água no país, deve ser equilibrada para todo ele. Por isso temos de fazer a tal adutora no Pomarão, que está previsto e com as outras todas medidas de mitigação que sempre defendi também, que já escrevi em alguns jornais nacionais sobre esse e sobre esse tema. Relativamente à baixa execução da habitação, quem espera, sempre alcança. Não foram mil e quinhentas, nem mil, foram quinhentas. Esperemos fazer muitas delas, esperemos conseguir alcançar e teremos de combater claramente essa baixa execução de habitação. Relativamente ao resto das questões, a senhora vereadora vai responder.” -----



Vereadora Cristina Corado: “Responder à deputada Helena Palhota relativamente aos eletrodomésticos, eu só tenho uma coisa a dizer, é que eu penso que estes equipamentos temos procedimento aberto, está a decorrer, estamos a utilizar quando necessário, estamos a equipar unidades em renda convencionada que precisava da substituição de alguns destes equipamentos, algumas cozinhas e, é isso que estamos a fazer. Não sei se é esse procedimento que se estava a referir, mas se penso que seja esse.” -----

Vice-Presidente: “Sobre a Rua da Bateria, sabe que, foram encontrados lá vestígios arqueológicos e foi suspensa. Estamos a equacionar uma solução. O senhor Domingos deu-nos logo uma solução, que os serviços técnicos têm de ver, nós vamos analisar e vamos ver. Realmente aquilo é a Rua que dá acesso precisamente à Rua Nova, se não tem de ir pelas escadas, portanto, em termos de carros, é a única que tem acesso, é precisamente a Rua da Bateria. Mas o senhor Domingos, deu-nos uma solução, vamos tentar analisar e posteriormente será comunicado.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 06-03-2026 e 20-03-2026; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou as atas a votação. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 06-03-2026: -----

Votos contra: um (01) Helena Simões; -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21): Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, Beatriz Pereira, Raúl Annes, Domingos Coelho, Ana Pífar, Margarida Guilherme, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Otel Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Maria Isabel Rodrigues; Hugo Aires; Miriam Santos, pelo que não votaram. -----

Helena Simões: “Eu recorro que na dita Assembleia, nomeadamente a seis de Março, eu votei contra a ata que na altura estava a ser aprovada, porque suscitei a ilegalidade da eleição dos representantes desta Assembleia Municipal para a AMAL, na esperança que a Presidente da Assembleia Municipal, sendo advogada, jurista e também já tendo estado cá no anterior mandato, mandasse eventualmente sanar a situação, repetindo o ato. Nada foi dito, nada foi resolvido até ao momento. Vem agora aqui a ata. Eu apenas e só informo que eu próprio informarei a AMAL da situação.” -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 20-03-2026: -----



Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21):Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Ana Pífaro, Margarida Guilherme, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelio Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Nelson Cachita; Beatriz Pereira; Raul Annes e Miriam Santos, pelo que não votaram. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: “Boa noite a todos, senhor Presidente, senhora Presidente da Assembleia, senhores deputados e todos aqui presentes, intervenho aqui neste ponto, primeiro para agradecer o apoio dado pela Câmara Municipal na minha mostra do foliar e também agora, recentemente, na requalificação da estrada ao Castelo. Mas não é tudo bom, não, trago aqui também uma preocupação de todos os padernenses, que é o fecho da Ponte dos Barreiros, que está fechada há mais de um ano, como sabemos, é uma herança que ambos trazemos. Mas a nossa preocupação é para quando a intervenção desta ponte? Porque muita gente depende de passar por lá. Entretanto, já falado aqui por uma freguesia nossa, reforço também a necessidade de colocar em prática então o regulamento para as motos. Todos são bem-vindos a Paderne, mas tem de haver mais respeito pelos nossos caminhos, pelas nossas estradas. Estamos atualmente a melhorar e a requalificar muitos dos caminhos da freguesia e é urgente colocar em prática este regulamento.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Boa noite a todos, senhora Presidente, senhor Presidente, executivo, caros colegas de Junta, deputados municipais e quem nos assiste lá em casa. Também estou aqui para agradecer ao senhor Presidente, realmente, por vezes aquilo que é visto aqui na informação escrita parece pouco, isenção das taxas, são as licenças, é o apoio logístico, mas para nós, Juntas de Freguesia, o pouco muitas vezes é muito. E, nós precisamos realmente desses serviços, para que tudo aquilo que nós consigamos fazer seja um sucesso. Por isso, da minha parte, o meu obrigado ao Executivo e obrigado também aos funcionários da Câmara Municipal que têm trabalhado conjuntamente connosco. Também dizer que, hoje fui alertado por um novo problema lá na freguesia, que poderá ser um problema. Eu acho que, hoje foi o dia aberto nas escolas do Agrupamento Albufeira Poente e eu estive nas Escolas da Guia e, fui alertado por uma situação que não sei se o email foi enviado para o geral, se foi para a vereadora Cristina Corado, em relação ao número de miúdos que vão transitar do jardim de infância para o primeiro ciclo, miúdos com a idade obrigatória para transitar. O que é certo é que, nós só temos, na Escola EB1 da Guia e um de Vale Parra, em ambas elas, uma sala em cada escola e os miúdos que vão transitar com essa idade a totalidade dá para preencher três salas e acho que, o que está aqui em causa é tentar já arranjar solução e tentar adaptar uma sala da escola da Guia, para que não haja esse problema agora no início

do ano letivo. Aproveitar também para dizer que, a Junta de Freguesia da Guia está sempre disponível para colaborar com a Câmara Municipal de Albufeira, como foi feito aqui em Albufeira e muito bem. Na festa Albufeira Radical, foi feito aquele evento em conjunto com a Junta de Albufeira, nós, Guia também estamos disponíveis para isso. Estamos disponíveis para aquelas festas que eram organizadas somente pela Câmara, o Festival do Piripiri, as noites de lua cheia, nós estamos disponíveis também para colaborar nesse sentido, porque acho que a trabalhar em equipa é muito melhor para todos nós. E, também dizer que, esta parte é que é a pior, a parte financeira, ainda não recebemos nada. Sei que já foi a reunião de câmara, já estamos a entrar em maio, faz falta o dinheirinho cá do nosso lado também, para podermos trabalhar. E, agradecer a presença de todos vocês nas festas, nos eventos da nossa freguesia e também ao Senhor Presidente que esteve presente no vinte e cinco de abril.” -----

Presidente da Câmara: “Responder por ordem, à senhora Presidente da Junta de Paderne, Rita Coelho, posso lhe dizer aqui publicamente que vamos avançar com o procedimento para a ponte. Será um investimento a rondar os oitocentos mil euros, se não estou em erro, mas não podemos esperar mais, temos de avançar e vamos avançar com o procedimento. Relativamente às moto4, tudo aquilo que se passa nos caminhos e aquela degradação que já foi aqui exposto também pela munícipe que aqui interveio, temos de avançar para o regulamento, vou precisar da sua ajuda, também da sua colaboração relativamente a isto, porque acho que é a única hipótese é nós termos que regular. Vai demorar algum tempo, não é, mas terá de ser, não há outro caminho. Também agradecer aqui as palavras do senhor Presidente da Junta da Guia, senhor Dr. Dinis, que já deve estar arrependido de não ter feito nenhum pedido, já que anunciei a ponte, fica para a próxima, não é? Relativamente ao agrupamento, quem vai responder é a senhora vereadora Cristina Curado. Agradecer as palavras e dizer que sim, faz todo o sentido que haja colaboração de futuro entre o município e as freguesias, são aqueles que estão mais próximos sempre dos munícipes, dos fregueses. Senhora Presidente, gostaria de passar a duas pessoas, primeiro ao senhor Vice-Presidente, para responder o porquê de não ter feito a transferência dos valores das verbas para as Juntas. E, a senhora vereadora, para responder a parte do Agrupamento de Escolas da Guia.” -----

Vice-Presidente: “Agradecer as palavras da Rita Coelho, por ter reconhecido o esforço que nós fizemos lá no caminho que vai para o castelo. Foi um esforço grande por parte do município, visto que tem uma grande extensão, tivemos que por lá uma série de máquinas para concluir a obra, para ficar em condições. Desde já também o meu agradecimento pelo reconhecimento. Relativamente às questões do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, senhor Dinis Nascimento, ele tem razão e disse também a resposta. Ele sabe que, já foi aprovado na última reunião de Câmara, pensamos que durante a próxima semana irá ser regularizada a situação, visto que as coisas já estão cabimentadas, a verba já vinha a transitar. Os novos contratos que nós estamos a fazer, tanto o inter-administrativo como a delegação de competências para acertar os outros valores. Portanto, penso que, durante a próxima semana irei convocá-los para uma reunião, porque já estão os contratos elaborados, para ver, antes de mandar para as Juntas se há alguma coisa a ajustar ou se está como foi combinado na reunião que fizemos, em Novembro, já foi há algum tempo, isso é verdade. Mas está



tudo encaminhado, em princípio, durante a semana que vem serão distribuídos os valores do antigo contrato. Portanto, como não conseguimos elaborar um novo, estamos a tentar pagar o antigo.” -----

Vereadora Cristina Curado: “Relativamente à questão do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia relativamente à falta de salas para o próximo ano, inicialmente pensava que só seria necessária uma sala, ainda bem que me deu essa informação, de que vamos precisar de mais uma, portanto, serão mais duas salas. Efetivamente, já tinha partilhado esta preocupação com a chefe de divisão da Educação, estamos a fazer esse levantamento, é possível que venhamos a precisar de mais salas para JI, porque é possível também que algumas do que havia no mercado privado, possa vir a faltar e tenhamos de ser o público a suprir essas dificuldades. Estamos a analisar, sei que falta pouco tempo para o próximo ano letivo se iniciar e temos de tomar as medidas necessárias para garantir que todos os meninos têm aulas aqui em Albufeira.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento do relatório de 2025 do Estatuto do Direito de Oposição; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do “Protocolo para funcionamento da 4.ª Equipa de Intervenção Permanente (EIP) de Albufeira”, pelo valor base de 170 132,13€; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: “Não tem nada a ver com o serviço a contratar ou com o reforço ou com a equipa a contratar, tem a ver com uma questão de critério. E, a minha pergunta vai no sentido, em novembro de dois mil e vinte e cinco, aprovámos uma delegação de competências que permitia ao Presidente da Câmara assumir compromissos plurianuais no valor de quinhentos mil euros por cada ano, durante três anos. A minha pergunta é muito simples. Sei que já houve outros compromissos plurianuais que foram assumidos sem virem a esta casa. Porque é que vem este e não vieram os outros? Qual é o critério, o critério é valor, o critério é matéria, é conveniência política? Há situações que não interessa virem a esta Casa? É só esta a questão. Prende-se pura e exclusivamente a ver com isto. Não tem nada a ver nem com a Proteção Civil nem com os Bombeiros. Tem a ver com uma forma de tratamento diferente de situações que, do ponto de vista matemático, são iguais.”

Nelson Cachita: “Este documento relativo ao protocolo de funcionamento da quarta EIP traduz uma decisão que merece ser valorizada. Estamos a falar de um reforço efetivo da capacidade de resposta no nosso concelho em matéria de proteção civil, no território que, como bem sabemos, não só tem uma população residente significativa, como vê essa pressão multiplicar-se em períodos turísticos, aumentando de forma evidente os riscos e exigências operacionais. A criação desta quarta EIP é uma medida acertada. Mais equipas permanentes, significam maior prontidão, maior

profissionalização e maior capacidade de resposta em situações críticas. Neste sentido, a Iniciativa Liberal votará favoravelmente esta proposta. Mas importa também dizer com clareza que, este é apenas um passo e não pode ser o último. Se queremos verdadeiramente garantir um sistema de proteção civil robusto e sustentável em Albufeira, teremos de ir mais longe. E, isso implica enfrentar dois temas estruturais que este documento, por si só, não resolve. O primeiro, é a municipalização dos Bombeiros Voluntários de Albufeira. Hoje assistimos a uma realidade que não podemos ignorar. Há concelhos onde os bombeiros já beneficiam de modelos municipalizados com melhores condições, maior estabilidade e maior capacidade de retenção de recursos humanos. O que é que acontece aqui? Os bombeiros saem, procuram melhores condições noutros territórios e isso não é sustentável, senhor Presidente. Se queremos garantir continuidade, experiência e qualidade no socorro, temos de criar condições para fixar os nossos bombeiros. E isso passa, inevitavelmente, por discutir de forma séria a municipalização, não como um capricho, mas como um instrumento de estabilidade, de valorização e eficiência. O segundo ponto, acho que é evidente, o quartel dos bombeiros já não responde às necessidades atuais. Os próprios dados e evolução do concelho mostram isso. Mais população, mais ocorrências, mais exigência operacional. Mas a infraestrutura mantém-se a mesma. Não é razoável exigir aos bombeiros sem lhes dar as condições adequadas para desempenhar a sua missão. Por isso, a construção do novo quartel não é um luxo, é uma necessidade, uma necessidade operacional, uma necessidade estratégica e, acima de tudo, uma questão de respeito por quem está na linha da frente todos os dias. Aprovar este protocolo é importante, mas é apenas parte da resposta. O verdadeiro compromisso com a Proteção Civil em Albufeira exige visão a médio e longo prazo, exige investimento estruturado e exige coragem política para tomar decisões que garantam não só mais meios, mas melhores condições. Porque no final, aquilo que está em causa é simples, é a segurança das pessoas e a capacidade de resposta no nosso concelho. E, isso não pode ser tratado pela metade.” -----

Domingos Coelho: “A questão que aqui levanto não tem propriamente com a questão que está aqui a ser discutida, mas diríamos que, é paralela e tem a ver com o corte da vegetação ao longo das estradas, especialmente nos caminhos mais rurais, na zona do interior, porque já que foi falado com um ano chuvoso, houve um potencial desenvolvimento de plantas e vegetação que estão a transformar-se em pasto e facilmente de pasto para chamas. Aliás, eu conheço Paderne há mais de setenta anos, nunca me lembro de um incêndio e o ano passado aconteceu um incêndio em Paderne, que por acaso até fui afetado. A questão é, que medidas é que estão a ser tomadas ou irão ser tomadas, especialmente neste mês de maio que se aproxima, que vai ser um mês decisivo, porque este ano o potencial para incêndios será muito maior do que os anos anteriores, em princípio.” -----

Presidente da Câmara: “Responder aqui à senhora deputada Helena Palhota, o facto de trazer aqui esta alínea para apreciação e deliberação, é o facto de que a decisão cabe ao executivo e fá-lo dentro das suas competências. Tão simples quanto isso. Relativamente à intervenção do senhor deputado Nelson, mais uma boa intervenção, sabemos que, cada vez mais os bombeiros acabam por muitas das vezes, irem para onde lhes são melhor remunerados, onde há bombeiros municipalizados, mas também sabemos que o investimento lá é de milhões. Nós aqui investimos cerca de dois milhões de euros ano, se passarem a municipalizados esta verba vai mais do que duplicar. Ou seja, o que se vai



poupar nos eventos também vai ser investido noutra área. É uma proposta ou é uma possibilidade que nunca poderá ser tirada da mesa, terá que estar sempre em cima da mesa. E, deverá sempre ser equacionado, se podemos dar ou não ou se devemos ou não dar esse passo. É claro que, municipalizar os bombeiros da maior estabilidade, mas também trará mais gastos para o município. Ou seja, é uma decisão que tem de ser bem avaliada. Reconheço os pontos positivos e sei quais são, sabemos todos quais são. Relativamente ao quartel de Bombeiros, também um investimento que deve ser feito por este município, visto que o quartel de Bombeiros que aqui está já está subdimensionado. Num plano ideal seria termos um novo quartel de bombeiros para que houvesse aqui uma maior valorização do bombeiro que presta o seu serviço em Albufeira, sabemos nós a importância dos bombeiros e nunca descurando nem secundarizando aquilo que eles fazem pelos nossos cidadãos. Porque no momento de urgência, são eles que nos socorrem e isso nunca deve ser esquecido. Disse aqui que é uma questão de coragem política, não é só coragem política, é preciso coragem política e mais e mais umas adendas. Relativamente ao senhor deputado Domingos Coelho, sei que a Proteção Civil está a tomar todas as medidas necessárias para a preparação e prevenção de incêndios, visto que se aproxima uma época de calor, o verão, de qualquer das maneiras, eu vou-lhe enviar por escrito mais informação, visto que esta informação é muito parca.” -----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, Beatriz Pereira, Helena Simões, Raúl Annes, Domingos Coelho, Ana Pífar, Margarida Guilherme, Miriam Santos, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelio Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
 A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, bem como, no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do “Concurso Público com Publicação de Anúncio no JOUE para Aquisição de Serviços de Segurança, para o Município de Albufeira”, pelo valor base de 2.140.229,00€ + IVA; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: “Pelos vistos nós e contas, temos formas de as fazer de alguma forma diferentes. Bom, consultando a base Gov referente ao mandato de dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e cinco, ou seja, os quatro anos, os valores que lá estão a nível de todo o tipo de procedimentos, sejam ajustes diretos, sejam contratos europeus, o que for, ascende aos dois milhões quinhentos e cinquenta e nove, trezentos e noventa e oito euros e um cêntimo. Ou seja, se dividirmos por quatro

dá uma média de seiscentos e trinta e nove mil oitocentos e quarenta e nove euros e cinquenta cêntimos. As contas para este procedimento eu tenho de somar os ajustes diretos que já foram feitos de quatrocentos e oitenta e três mil, porque já foram feitos ajustes diretos nos primeiros seis meses do mandato de quatrocentos e oitenta e três mil. Se eu somar os quatrocentos e oitenta e três mil aos dois milhões cento e qualquer coisa e dividir pelos dois anos e meio, que são os dois para a frente e o meio para trás, chegam a um valor por ano de um milhão e quarenta e nove mil trezentos e setenta e sete virgula zero quatro. Como eu gosto de percentagens, sessenta e quatro por cento ao ano. Mas para quem não gosta de percentagens, e como o Presidente já expressou que gosta dos valores em absoluto, aqui vai o valor em absoluto, significa mais quatrocentos e nove mil quinhentos e vinte e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos. Isto não é uma oscilação relevante. Isto não é uma inflação. Isto não é um simples ajustamento técnico. Isto é um aumento muito expressivo da despesa que o executivo quer ficar habilitado a assumir. Eu faço a pergunta, o que é que justifica este saldo? Há mais necessidades reais no concelho? Há melhor planeamento? Enfim, muitas mais perguntas eu teria, no entanto, eu vou aproveitar as contas que o presidente ainda há bocado fez, que não chegamos bem aos mesmos valores, mas também a um diferencial bastante significativo. Ainda há pouco referiu que lhe foi informado que no ano de dois mil e vinte e cinco foram gastos novecentos e doze mil euros com IVA incluído para o serviço equiparado àquele que se estão a propor neste momento contratar. Ou seja, eu para comparar as coisas tem de retirar o IVA, porque este ponto também é sem IVA. Retirando o IVA fico com setecentos e quarenta e um mil quatrocentos e sessenta e três virgula quarenta e um. Ora e, se fizer as contas face o procedimento sem IVA dos dois anos, recorde, dá um milhão e setenta cento e quatorze virgula cinquenta cêntimos por ano. Ou seja, estamos a falar de um aumento, nas contas do Presidente, que não batem certo com as contas do da base Gov. Mas ainda assim, estamos a falar de um aumento de mais quase trezentos mil euros por ano, quase trezentos mil euros por ano, que representam em percentagem, quarenta e quatro virgula três. Nesta senda, e porque digo e repito, cabe ao executivo apresentar o ponto, cabe ao executivo defender o ponto, cabe ao executivo justificar as suas escolhas, porque já aqui foi dito numa Assembleia que, uns e outros são apenas Presidentes de Junta de Freguesia, pois há uns e outros que são Presidentes de Câmara apenas, e são executivos apenas, mas devem e prestam esclarecimentos a esta Casa e aos deputados da Assembleia Municipal. Como tal, a não ser que me consiga justificar nas contas do base Gov. sessenta e quatro por cento, mas nas contas que anunciou há bocado quarenta e quatro por cento, invariavelmente estamos a falar do erário público, votarei contra.” -----

Presidente da Câmara: “Gostaria de dar a palavra à gestora do processo, que é também Chefe de Divisão da Polícia Municipal, Dr.ª Marta.

Chefe de Divisão da Polícia Municipal: “Boa noite a todos os presentes, boa noite a todos os que nos estão a ver em casa. Eu sou a gestora de todos os contratos relativos à Divisão de Polícia Municipal e Vigilância desde dois mil e vinte e três, tive o gosto de apurar os dados relativos a dois mil e vinte e cinco, portanto agora sem IVA para responder aqui a Doutora Helena Simões, estamos a falar que em dois mil e vinte e cinco e, temos que fazer contas também a dois mil e vinte e quatro, porque tínhamos um concurso em vigor para eventos, portanto temos que ver as repartições que foram

feitas. Falamos em setecentos e quarenta e um mil setecentos e sessenta e dois ponto sessenta, sem IVA, relativos a dois mil e vinte e cinco, já incluindo ajustes diretos que fizemos com as empresas que são recentes, que foram considerados para o ano de dois mil e vinte e cinco, porque o contrato que tínhamos em vigor com a empresa, não foi suficiente para passagem de ano, Albufeira Natal e Paderne Medieval. Relativamente a dois mil e vinte e seis, os ajustes diretos, que foram dois, que foram feitos com as duas empresas, perfazem um total sem IVA de trezentos e trinta e dois mil setecentos e oitenta e sete ponto oitenta e três, isto contabilizando postos estáticos e eventos. Relativamente ao contrato que está em apreciação, isto é um valor base. Portanto, os dois mil euros e são repartidos por dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte e sete e dois mil e vinte e oito, consta no caderno de encargos tudo o que foi informado, a divisão de despesa, e temos um valor base que ainda vai sofrer propostas e que muito provavelmente é um valor muito inferior de, sem IVA, quatrocentos e vinte e sete ponto trezentos e noventa e quatro ponto zero sete. Portanto, isto perfaz setecentos e sessenta cento e oitenta e um ponto noventa. Portanto, tendo em conta o valor de dois mil e vinte e cinco, é inferior, mesmo sendo um valor base. Portanto, isto são as contas. Fui eu que fiz os procedimentos, são as contas que existem e têm de ser as contas que estão publicadas.” -----

Helena Simões: “Obrigado pelo reparo, e eu tive o cuidado do base Gov., de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco, extraí todos os procedimentos, tenham eles sido isolados apenas e só para eventos. Primeiro, deixe-me só concluir se está-me a dizer o contrato que, ou pelo menos o caderno de encargos que chegou à nossa mão é um caderno de encargos para dois anos. Dois anos, se dividirmos dois milhões cento e quarenta e nove por dois, não dá setecentos e qualquer coisa mil. Quando diz que aqui inclui mais do que incluía anteriormente, eu digo e repito, em dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco eu tive o cuidado de ir ao número, ao artigo, ao CAE, extrair qualquer coisa como quatro mil e quinhentos movimentos, picá-los um por um e ver o que é que dizia segurança e vigilância. Agora também disse ainda há pouco que, só está a fazer este procedimento desde dois mil e vinte e três e, eu fiz o apanhado desde dois mil e vinte e um.” -----

Chefe de Divisão da Polícia Municipal: “Eu estava só a responder relativamente a dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis. Portanto, não estou a fazer comparações para trás. Aliás, ainda lhe posso dizer que não sei se todos os procedimentos, há procedimentos que eu ainda não terminei, e até lhe digo mais, estes valores que eu tenho aqui são valores base dos ajustes diretos, houve ajustes diretos que nós não gastámos este valor. Portanto, houve valor ainda que ou provavelmente não foi cabimentado, e que ainda está para cabimentação. Portanto, isto são os valores base. E, como sabe, os ajustes diretos são calculados com base num valor, mas se o serviço não for prestado, as horas não são pagas. Este concurso internacional está dividido por, como eu já lhe disse, dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte e sete e dois mil e vinte e oito, tem prazo de início a um de julho de dois mil e vinte e seis. Irá até um de julho de dois mil e vinte e oito, portanto, há repartição de encargos por três anos. Não há nada a acrescentar.” -----

Helena Simões: “Ainda bem que fala do valor base e do diferencial não despendido ou não, e o motivo de não ter sido despendido. Lamento, também houve, no período de dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e cinco e não fui fazer esse apanhado, Ok? Não fui fazer esse apanhado porque não achei que era relevante. Agora, se me puder dizer onde é que diz que o procedimento é para três



anos, eu gostaria, porque aquilo que eu li, aquilo que o li, diz dois anos. A não ser que a instrução do processo esteja incorreto. O que eu tenho a nível de documentos diz dois anos.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Helena Simões. -----

Abstencões: onze (11) Carla Vieira, Domingos Coelho, Ana Pífar, Maria José Leote, Luis Afonso, Flávia Pereira, Otel Cabrita, Nelson Cachita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: treze (13) Luna Silva, Desidério Silva, Beatriz Pereira, Raúl Annes, Margarida Guilherme, Miriam Santos, Dário Pereira, Henrique Coelho, Maria Isabel Rodrigues, Nuno Cabrita, Hugo Aires, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Inventário do Património respeitante ao ano 2025; ----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: seis (06) Carla Vieira, Domingos Coelho, Maria José Leote, Otel Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: dezanove (19) Luna Silva, Desidério Silva, Beatriz Pereira, Helena Simões, Raúl Annes, Ana Pífar, Margarida Guilherme, Miriam Santos, Dário Pereira, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos Documentos de Prestação de Contas do Município de 2025; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Nelson Cachita: “Estamos hoje a analisar um documento que, mais do que técnico, é profundamente político, porque diz respeito à forma como são geridos os recursos dos albufeirenses. A primeira constatação que importa fazer é simples, o município de Albufeira apresenta uma situação financeira sólida, com receitas muito elevadas, na ordem dos cento e setenta milhões de euros e uma capacidade significativa de investimento em que, embora não se saiba ainda bem qual é, e uma margem de endividamento muito confortável. Mas é precisamente por isso que a exigência tem de ser maior. Quando o município arrecada cada vez mais receita, seja através de impostos, taxas ou a

própria dinâmica económica do concelho, a questão que se coloca não é apenas se as contas fecham, mas se o dinheiro está a ser bem utilizado. E, é aqui que começam a surgir dúvidas legítimas, verificamos um crescimento relevante da despesa, nomeadamente na aquisição de bens e serviços que representam uma fatia muito significativa da despesa corrente e um volume global de gastos que ultrapassa os cento e vinte milhões de euros. Ao mesmo tempo, analisando a estrutura da despesa, percebemos que mais de sessenta por cento dos gastos estão concentrados em funções sociais, o que é positivo em termos de intenção, mas exige uma avaliação contra o impacto real destas medidas no terreno. Por outro lado, existe um volume muito significativo de contratação pública, incluindo em aquisição de serviços, onde os valores são particularmente expressivos. Parte desta contratação recorre a procedimentos menos concorrenciais e que, naturalmente, levanta uma questão de saber se estamos a garantir as melhores condições para o município, seja em preço, qualidade ou eficiência. Num concelho com a capacidade financeira de Albufeira, com um mercado ativo e competitivo, o que se espera é um esforço claro no sentido de reforçar a concorrência, a transparência e a comparação de propostas, porque é isso que melhor protege os interesses dos munícipes. Acresce ainda um dado que não pode ser ignorado, o município apresenta saldos de gerência superiores a cinquenta milhões de euros. Isto demonstra capacidade financeira, mas também levanta uma questão essencial, que investimentos estruturantes continuam por concretizar, apesar desta folga? Ou seja, há receita, há despesa, há atividade, mas falta perceber com clareza o impacto real na vida dos albufeirenses. E, há ainda um outro ponto que não pode ser ignorado, este executivo decidiu avançar com auditorias à gestão municipal. Esta decisão é positiva e vai no sentido certo, porque a transparência e o escrutínio são essenciais. Mas essa decisão também traz uma responsabilidade acrescida, a de garantir que os resultados dessas auditorias são conhecidos, discutidos e traduzidos em melhorias concretas na forma como o município é gerido, sobretudo quando existem desenvolvimentos externos que reforcem a necessidade de total clareza e confiança nas instituições. A iniciativa liberal não está aqui para bloquear nem para validar automaticamente. Estamos aqui para garantir que cada euro cobrado aos albufeirenses é bem aplicado, com eficiência, transparência e respeito por quem paga. E é por isso que a nossa posição será sempre exigente, reconhecendo o que está bem, mas recusando dar um cheque em branco, quando subsistem dúvidas sobre a qualidade da gestão e execução e a transparência. Porque com este nível de receita, com este nível de despesa, e com esta margem financeira Albufeira tem condições para fazer mais e melhor. E perante isso, há uma questão que gostávamos de ver esclarecida, em primeiro lugar, que resultados concretos já resultaram das auditorias anunciadas? E qual é o calendário previsto para a sua divulgação pública? Em segundo lugar, qual é hoje o peso efetivo dos procedimentos menos concorrenciais na contratação do município? E por último, que mecanismos estão a ser adotados para garantir que o aumento da despesa se traduz efetivamente em melhores serviços e não apenas em maior volume de execução? E deixamos também uma sugestão simples, mas que consideramos relevante, num contexto em que o município tem capacidade financeira, elevada a receita e o volume muito significativo de contratação, faria sentido avançar com instrumentos de avaliação independente da eficiência da despesa, que permitam comparar custos, medir resultados e reforçar a transparência perante os munícipes. Não se trata de acrescentar burocracia, mas de garantir algo

essencial que cada decisão pública tem o melhor retorno possível para quem paga. Porque Albufeira não precisa apenas de boas contas, precisa de boa governação e isso mede-se nos resultados que chegam ou não chegam às pessoas.” -----

Presidente da Câmara: “Importa começar por dizer com clareza, já o tinha dito também, que esta prestação de contas não traduz a orientação política deste executivo, porque em dois mil e vinte e cinco, como sabemos, governamos dois meses, novembro e dezembro, os restantes meses e a esmagadora maioria da execução orçamental e financeira do exercício são da responsabilidade do anterior executivo. Dito isto, os números merecem aqui uma leitura política e séria relativamente, em dois mil e vinte e cinco o município registou cerca de noventa e oito milhões de euros em despesa corrente e cerca de trinta e um milhões euros em despesa de capital. Ou seja, esta diferença mostra bem uma opção de gestão, ou seja, demasiado peso nas despesas de funcionamento e insuficiente capacidade de transformar o território através do investimento. Como já disse aqui nesta Assembleia, em festas e eventos o município investiu cerca de sete milhões e meio de euros, e em apoios a clubes, IPSS, associações e outras entidades gastou mais de oito milhões de euros. São valores que, sendo legítimos em muitas situações, têm de ser avaliados com maior exigência, com maior critério e sentido de prioridade. Acresce também que transitaram para dois mil e vinte e seis cerca de vinte e nove milhões de euros de dívida assumida, ou seja, de compromissos por faturar e faturas. Ou seja, este novo ciclo político já começou com algum peso financeiro significativo, herdado do passado. E, é precisamente por isso que a nossa posição é clara. Albufeira, como já aqui foi dito, precisa de mudar o modelo de gestão. Sei bem que esta mudança não é fácil, até porque tivemos de apresentar, apenas um mês depois de cá chegarmos a esta casa, um orçamento que também já o disse, não é nosso e infelizmente é um orçamento de muita continuidade. Mas é também um orçamento que estamos a combater, a corrigir e a tentar procurar melhorá-lo, porque o nosso objetivo tem de continuar a ser o mesmo, é governar melhor para investir mais. O município tem hoje uma despesa corrente excessivamente elevada, absorvida grande parte por encargos permanentes de funcionamento, como a recolha de resíduos, eventos, apoios diversos e outros custos fixos. Por isso, nós queremos-nos dedicar à requalificação dos equipamentos degradados, fazer obra e investir em habitação, mobilidade, equipamentos e património que seja público e é útil para as pessoas. Esta é a nossa visão, queremos realmente mudar esta lógica e estamos a trabalhar para isso. E esse é o nosso objetivo. É a diferença entre gerir o presente e preparar a Albufeira para o futuro. Relativamente à auditoria daquilo que aqui foi questionado, nós tínhamos uma auditoria que acabou por não ser complementada porque tínhamos um caderno de encargos muito deficiente e neste momento está uma nova auditoria, também de uma das Big Four, que irá fazer uma auditoria mais afincada, mais exaustiva e mais completa, que esperamos ter resultados nos próximos meses.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e cinco (25) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, Beatriz Pereira, Helena Simões, Raúl Annes, Domingos Coelho, Ana Pífar, Margarida Guilherme, Miriam Santos, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelio Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pelo Partido “CHEGA”, acerca do tema “Pela Responsabilidade Política e pelo interesse Público no Município de Albufeira”; -----
A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Maria Isabel Rodrigues leu Moção apresentada pelo Chega. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Carla Vieira: “Relativamente a esta moção, questiono em primeiro lugar a senhora deputada subscritora da moção, a deputada Isabel Rodrigues, se não pondera retirar a mesma, ou seja, retirar a moção da ordem de trabalhos? Caso não aceda ao nosso pedido, desafio a senhora deputada que venha esclarecer o sentido, o teor e conteúdo da mesma. Verifico também que, não vêm subscrita nem pelo líder da bancada, nem por qualquer outro membro. E, questiono, em primeiro lugar, se é uma moção pessoal ou do partido ou bancada pelo qual foi eleita. Em segundo lugar, questiono a senhora deputada se na Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte de março, constava na ordem de trabalhos a discussão do Orçamento? E, se constava quem votou contra o Orçamento e de quem é que fala em concreto? Em terceiro lugar, questiono em que medida existiu ou existe bloqueio político, bloqueios ou impedimentos que torne Albufeira refém do quer que seja? Que irresponsabilidade a senhora deputada aponta às outras bancadas municipais, em particular à bancada da coligação Albufeira é Tua? Desafio também que concretiza as obras, os investimentos e as decisões que ficaram ou que estão paradas e porquê? No espírito democrático, no nosso direito de expressão e no exercício da nossa liberdade, não nos revemos nas palavras inócuas, nem no objetivo que pretende alcançar. Que fique bem claro, no exercício das nossas funções haverá sempre sentido de responsabilidade, rigor e transparência em prol e para bem do nosso concelho. Mas que fique também ciente que não tememos qualquer tipo de ameaça ou limitação à nossa ação.” -----

Helena Simões: “Eu se calhar começo por contextualizar ou recordar a subscritora que eu, não obstante não ter votado contra, mas sim ter saído da sala porque havia uma promessa de documentos daquela natureza serem sempre discutidos e esclarecidos em reuniões preparatórias com todos os eleitos e como tal, não aconteceu, eu não me senti esclarecida, no entanto, hoje é uma bancada, amanhã será outra e nas costas dos outros eu vejo as minhas. E, a realidade é que, a ofensa à democracia que este documento verte não pode deixar passar em branco de eu intervir. Bom, dito isto, senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, esta moção do Chega é um exercício de cinismo político. Vem embrulhada em palavras bonitas como responsabilidade e interesse público. Mas o que está aqui em causa é uma coisa muito mais simples, uma tentativa de insultar politicamente quem não se ajoelhou perante o executivo. Porque foi isso que fizeram, pegaram num voto legítimo, num voto democrático, num voto que qualquer membro desta Assembleia tem o

pleno direito de exercer e decidiram chamar-lhe bloqueio, irresponsabilidade, sabotagem, deslealdade a Albufeira e aos albufeirenses. Enfim, ora vamos pôr os pés na terra, a Assembleia Municipal não é uma claque, não é uma caixa de ressonância da Câmara, não é um balcão de carimbos do executivo. A Assembleia Municipal é um órgão deliberativo e fiscalizador do município. E compete-lhe, sob proposta da Câmara, aprovar ou não aprovar opções de plano ou propostas de orçamento. Ou seja, se a própria lei o permite, votar contra não é um abuso, é uma competência dos deputados. O Chega quer agora fazer-nos acreditar que reprovando um orçamento e neste caso não foi um orçamento, foi uma revisão é reprovando Albufeira. Não, meus senhores. Reprovando um orçamento pode ser reprovando más opções, reprovando um orçamento pode-se reprovando prioridades erradas, reprovando falta de transparência, ou mesmo reprovando um executivo que não soube convencer, não soube dialogar, não soube negociar, nem tão pouco soube construir maiorias. E eu recordo que à data eu referi porque é que eu saía da sala. Poderia perfeitamente ter-se suspenso a Assembleia e ter-se esclarecido as pessoas. Não. Isto sim é democracia. O resto é teatro. E, diga-se com toda a frontalidade, esta moção é um número de teatro completo, pois não esclarece, não discute o documento, não rebate argumentos, não esclarece os albufeirenses e não traz uma única ponte. Antes pelo contrário. E, não propõe uma única solução. Traz apenas uma ladainha moralista para tentar pôr a oposição no banco dos réus. Isso é muito revelador da fraqueza. Quem tem razão, argumenta. Quem tem obra demonstra, quem tem liderança reúne consensos. Quem não consegue fazer nada disso, faz o que o Chega fez aqui. Grita, dramatiza, tenta substituir política séria por propagandas raivosas. E, há um detalhe, há um detalhe delicioso nesta história, a moção que vem apresentada com referência ao artigo trinta e cinco, número um, alínea j) da Lei setenta e cinco de dois mil e treze, pasme-se, só que este artigo respeita as competências do Presidente da Câmara Municipal, não respeita às competências dos deputados da Assembleia Municipal. Ou seja, nem a base legal conseguiram acertar. Portanto, quem aqui se apresenta, aqui a distribuir certificados de responsabilidade política nem sequer teve o cuidado de apresentar uma moção juridicamente limpa. Mas o mais importante nem é o erro técnico. O mais importante é o descaramento político. Porque o próprio texto assume, sem vergonha nenhuma que o Chega estará ao lado do executivo. Pronto, está confessado. Caiu a máscara. Não estão aqui como fiscalizadores independentes. Estão aqui, sim, como muleta política do poder. E depois querem pousar uma de guardiões exclusivos dos interesses públicos. Meus senhores, não podem ter o melhor dos dois mundos. Não, o interesse público não tem dono. Albufeira não tem dono. A democracia local também não tem dono. Quem vota contra não é menos sério, não é menos responsável, muito menos é menos albufeirense. É apenas alguém que não aceitou a fotografia da conveniência, e é isso que vos incomoda. O que vos incomoda não é o alegado bloqueio, o que vos incomoda é a divergência. O que vos incomoda é que, haja quem não tenha medo de vos dizer que não. O que vos incomoda é que, nem toda a gente esteja disponível para transformar desta Assembleia numa repartição de aplausos. E, convém dizer outra coisa que também dói ouvir, quando o orçamento falha, isso não é automaticamente culpa da oposição. Muitas das vezes é um retrato do executivo politicamente falhado, do executivo que não soube dialogar, não soube agregar, perante o chumbo, prefere arranjar bodes expiatórios em vez de fazer o seu trabalho. Se calhar o problema não é de quem votou contra. O resto é encenação. Eu não aceito, tal como a

deputada que me antecedeu, não aceito este tipo de retórica, nem este tipo de chantagem. Eu votarei sempre de consciência com base na informação que me seja fornecida. Não me vou sentir minimamente coagida com base na moção que foi apresentada. E também não aceito o facto de ser um estorvo político ou um estorvo ilegítimo, porque eu fui eleita para fazer fiscalização. Muito menos aceito lições de responsabilidade de quem muda de papel conforme o vento e depois tenta vender aqui oportunismo como coragem. Eu recorro, o Chega não está nesta casa pela primeira vez, o Chega durante os quatro anos que antecederam este mandato que nós estamos a viver, sempre votou contra, sem qualquer pudor, como é um direito democrático. Logo, esta moção não dignifica a Assembleia, não serve Albufeira, não esclarece ninguém. É apenas um panfleto partidário com tiques de intimidação política e por isso a minha resposta é clara e sem medos. Voto contra. Voto contra porque a Assembleia não é uma serva do executivo. Voto contra porque discordar não é bloquear, voto contra porque fiscalizar não é sabotar. E voto contra, porque Albufeira merece mais do que propaganda agressiva, mascarada de responsabilidade institucional. E voto contra, sobretudo para deixar uma mensagem muito simples, quem confunde democracia com obediência não está a defender Albufeira. Está apenas e só a tentar domá-la.” -----

Nelson Cachita: “Depois disto tudo, nem sei o que diga, mas parece que descobrimos a pólvora hoje. O Chega está ao lado do executivo, sim, não é normal? Da mesma forma que, o Ser Albufeira estava ao lado do executivo anterior, da mesma forma que o PS está ao lado de executivos do PS. Não vejo nada de anormal nisso. Agora, nesta moção vejo muitas coisas de anormal. Ora, a noção de rutura que é apresentada nesta moção merece desde logo ser clarificada. É que, para existir uma rutura, teria de ter existido previamente um alinhamento. Ora, esse alinhamento nunca existiu, nunca existiu, pelo menos aqui nunca existiu um alinhamento entre o Ser Albufeira, o PS e o Chega. Por isso não há rutura. Por isso, esse termo não é só excessivo, mas também é impreciso, mais ainda, afirmar que quem vota contra o executivo está a travar Albufeira e a impedir o seu desenvolvimento é uma simplificação muito perigosa. Esta leitura parte do pressuposto que as decisões do executivo são, por definição, irrepreensíveis e não são passíveis de melhoria. Isso não corresponde a uma visão democrática madura e nem uma lógica de boa governação. Classificar como irresponsável quem discorda é ultrapassar o debate político saudável e entrar num campo que não dignifica esta Assembleia. Da mesma forma, insinuar que, há eleitos que jogam com a vida dos munícipes é uma acusação desproporcionada e injusta, sobretudo quando falamos de representantes legitimamente eleitos, com posições políticas distintas, mas igualmente comprometidos com o interesse público. Aliás, importa perguntar quando os membros do Chega votam contra executivos da Assembleia de Freguesia da Guia ou de Paderne, estão também a ser irresponsáveis? E quando, a nível nacional, o deputado André Ventura vota contra as propostas da AD, está a colocar o país em causa? Naturalmente que não. Está simplesmente a exercer o seu mandato, tal e qual como todos os deputados. Falo com particular à vontade sobre esta matéria, porque a Iniciativa Liberal não votou contra o orçamento em vigor. Ainda assim, isso não significa concordância com todos os métodos, expedientes ou formas de estar nesta Assembleia. E isso já foi dito de forma frontal a vários dos presentes. Mas a divergência nunca deve ser confundida com irresponsabilidade. Numa sociedade livre e plural, cada um tem o direito à sua posição e esse direito exige reciprocidade no respeito.

Como bem sintetiza um princípio basilar da liberdade, posso não concordar com o que é dito, mas defenderei sempre o direito de o dizer. Quando se afirma que estas posições atingem Albufeira e os albufeirenses, está-se na prática a colocar o executivo como único intérprete legítimo da vontade do concelho. Isso não é aceitável. O executivo foi eleito para governar, sim, é verdade. Mas não recebeu nenhum cheque em branco. Não tem maioria absoluta. E os resultados eleitorais foram claros. Os albufeirenses escolheram uma liderança, mas também determinaram a necessidade de diálogo, negociação e equilíbrio. Convém não esquecer que cerca de sessenta por cento dos votantes não escolheram o Chega. Isto, por si só, impõe uma humildade democrática. Quanto às referências, às estratégias políticas, importa dizer o que é óbvio, todos os partidos têm estratégias políticas. E ainda bem que assim é. Senão isto andávamos ao sabor do vento. A política faz-se de escolhas, de caminhos diferentes e de consequências. Não há aqui qualquer revelação extraordinária. Para terminar, uma nota clara, não é preciso estar contra tudo e contra todos. No que me diz respeito, não há necessidade de estarem contra mim, porque ninguém nesta Assembleia quer mais Albufeira do que eu. Podem querer tanto como eu, mas mais não querem seguramente. E até poderia, com a mesma facilidade retórica desta moção, afirmar que quem discorda de mim está contra a Albufeira. Mas não o faço, porquê? Porque reconheço que esse não é o lugar de nenhum de nós. Este lugar pertence exclusivamente aos albufeirenses. Eles é que decidem.” -----

Luís Afonso: “Boa noite a todos, quero cumprimentar a senhora Presidente da Mesa, a Mesa, o senhor Presidente da Câmara, vereação, os colegas deputados, o público aqui presente e quem nos vê lá em casa. Bem, eu agora já não tenho quase nada para dizer, porque tudo aquilo que eu pensava de dizer já foi dito. A única coisa que eu posso dizer é que, o orçamento foi aprovado, a alteração do orçamento foi aprovada. Até parece que não, até parece que se travou aqui alguma coisa. Foi aprovado e foi aprovado se não me falha a memória, com quinze votos a favor ou dezasseis, dos vinte e cinco possíveis. No mandato anterior, houve muitos orçamentos que passaram se calhar com um voto de diferença e não foi por isso que as coisas não foram feitas. Portanto, ninguém está aqui a travar nada. Eu não votei contra, eu absteve-me, mas tão legítimo é o meu voto de abstenção, como é a favor, como é contra. E, não é menos democrático. Dizer também, que no anterior mandato o Chega votou muitas vezes contra e eu não acredito que fosse com o objetivo de travar fosse o que fosse. Era a opinião do partido, legítima, tinha o direito de exercer, assim como os outros partidos políticos agora têm o direito de concordar, de se abster, ou de votar contra.” -----

Ana Pífar: “Como disse o Luís, já está tudo dito. Eu gostaria apenas de lembrar que tivemos noites difíceis nesta Assembleia. Acho que, foi com a mão na consciência de todos que pensamos em trilhar outro caminho. E, é a minha opinião pessoal que este tipo de moções só fazem com que os ânimos se voltem a exaltar. Eu penso, sinceramente que esta moção não visa a bancada do Ser Albufeira, porque as posições que tomámos foram exatamente no sentido de dar possibilidade ao novo executivo camarário de ter ao seu dispor as ferramentas necessárias para governar neste seu primeiro ano de mandato. No entanto, não posso deixar de referir que votar a favor, abster-se ou votar contra é um ato de liberdade de cada membro desta Assembleia e da assunção de responsabilidade política em prol do interesse do concelho. Vivemos em democracia e qualquer opção de voto tem de ser aceite e respeitada. Como aqui já foi dito, o Chega, quer a nível local quer



a nível central, já votou contra orçamentos e não deixa por isso de ser legítimo e de faltar ao respeito quer ao país, quer, neste caso, a Albufeira. Como aqui já foi pedido, eu peço que a bancada do Chega repense nesta moção e que a retire.” -----

Desidério Silva: “Boa noite, a minha intervenção vai ser curta e vou só fazer lembrar que nessa Assembleia houve quinze votos a favor, houve quatro votos contra e houve cinco abstenções e portanto, é claramente uma votação maioritária que deu todas as condições para que essa revisão orçamental fosse aprovada. Eu até disse aqui numa Assembleia anterior, muitas das pessoas não sabem o que é uma alteração orçamental, não sabem o que é uma revisão orçamental, mas o facto é que esta revisão orçamental tinha a questão do centro de saúde e foi aprovada por quinze votos a favor, quatro votos contra e cinco abstenções. Eu, desde o primeiro dia que estou aqui, que tenho procurado sempre estar alinhado com aquilo que é o interesse de Albufeira, prioridade. Portanto, sinto-me um bocado incomodado quando se fala de irresponsabilidade da oposição. Obviamente que eu sou uma oposição e serei sempre uma oposição construtiva. E este sentido de votação não pôs em causa o centro de saúde, não pôs em causa nada que pudesse levar a que, a partir de agora, estivéssemos aqui todos num processo, digamos, de desconfiança uns com os outros.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: onze (11) Carla Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Ana Pífar, Maria José Leote, Luis Afonso, Otel, Cabrita, Flávia Pereira, Nelson Cachita, Alberto Saraiva e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

Abstenções: uma (01) Desidério Silva. -----

Ausências: duas (02) Dário pereira e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: onze (11) Luna Silva, Beatriz Pereira, Raúl Annes, Margarida Guilherme, Miriam Santos, Henrique Coelho, Maria Isabel Rodrigues, Nuno Cabrita, Hugo Aires, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A Moção sofreu empate. -----

Hugo Aires: “Muito boa noite a todos. Perante o resultado, enquanto líder da bancada Chega, proponho a retirada dessa mesma moção.” -----

Domingos Coelho leu declaração de voto. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata). E para finalizar, o que se notou aqui foi, penso que, uma contradição entre a bancada do Chega e até o Presidente do executivo. Ainda há pouco, pelas intervenções que a coligação Albufeira é Tua fez, ouvi comentários do Presidente a dizer que afinal a bancada do Albufeira é Tua também faz propostas, também colabora, também faz sugestões, não faz bloqueios, não é irresponsável. E uma coisa é certa, pessoas que aqui estão se há verdadeiros filhos de Albufeira, se calhar estão mais na bancada do Albufeira é Tua do que na bancada do Chega.” -----

Presidente da Assembleia: “Por proposta do partido Chega a proposta será retirada.” -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pela Partido “CHEGA”, acerca do tema “Sessão Solene 25 de Abril”; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Hugo Aires: leu moção. (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----

Domingos Coelho: “Já agora, se me permitem, uma pergunta aqui mais formal, antes da parte política. O documento começa, “intervenção na sessão solene sobre o vinte e cinco de abril”, ou seja, será que o executivo pensou em fazer uma sessão solene e para o qual elaborou este texto e depois arrependeu-se e não houve sessão solene. Ou este texto vem via hierarquia, digamos, de cima para baixo e é lido aqui, enfim, porque não percebo como é que está o título “Sessão Solene”. Qual? Onde? Aliás, foi dos poucos concelhos onde não houve uma sessão solene. Portanto, este título, só por si, eu diria, daria para retirar imediatamente a moção. Depois, para além desta questão formal, eu diria uma questão mais política, eu estaria de acordo com uma parte ou até quase a maior parte do texto. Mas antes de irmos à parte aqui do pormenor político, o que vejo aqui é uma contradição brutal entre esta moção e a moção anterior. O que me parece é que na bancada do Chega, eu diria, os radicais e os menos radicais e aqueles que já estão para além do Chega, ou seja, comparar uma coisa com a outra, eu não vou usar o termo que se usa às vezes, agora é claramente uma perfeita contradição. Eu diria afinal qual é o Chega? É o da primeira moção ou é o a segunda? Agora a questão, diríamos do ponto de vista, se calhar por isso é que há tantas mudanças, deixando os apartes, eu estaria de acordo até à nona linha, da página da página três. Mas a partir daí discordo. Porque quando se diz que a verdadeira democracia só foi alcançado com o cinco de novembro é uma perfeita mentira do ponto de vista histórico, é uma perfeita mentira. Ponto um, as primeiras eleições democráticas aconteceram no vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e cinco, as primeiras eleições democráticas, as eleições onde mais portugueses votaram, mais noventa e dois por cento e as eleições onde mais partidos participaram. Se noventa e dois por cento dos participantes, com maior número de partidos a participar não é a democracia, onde é que está a democracia? E isso foi um ano depois do vinte e cinco de abril. Poder-me-iam dizer que a partir do verão de setenta e cinco as coisas foram diferentes. Posso acreditar, mas os vencedores em vinte e cinco de novembro que vocês aqui fazem o elogio, hoje são aqueles que vocês condenam. Começando por Vasco Lourenço ou começando pela chamada associação vinte e cinco de abril. Ou seja, aqueles que comandaram militarmente e orientaram politicamente, que foi o caso de Melo Antunes, hoje o Chega chamar-lhes-ia comunistas ou coisa parecida. A nossa proposta é se o Chega aceita retirar a partir da linha nove esta parte do texto nós estamos na disposição de votar favoravelmente, caso contrário votaremos contra, porque aqui há a questão de princípio, nós estamos a comemorar o vinte e cinco de abril e não o vinte e cinco de novembro. O vinte e cinco de novembro virá depois. Portanto, fica aqui a nossa proposta.” -----

Luís Afonso: “Digníssima Assembleia, a mesma liberdade que me permitiu votar contra a moção anterior permite-me votar esta a favor, porque as duas datas são importantes. Não me incomoda nada que se comemore as duas datas. É verdade que o vinte e cinco de abril foi o início de tudo, o vinte e cinco de novembro também foi importante. Este ano, vinte e cinco, houve comemorações na Assembleia da República propostas pelo CDS. Eu sou militante do CDS, não só por isso, mas por outras razões permite-me concordar com isto e votar a favor desta proposta do Chega.” -----

Desidério Silva: “Com a mesma liberdade que vim aqui há pouco, manifestar a minha opinião, venho-vos dizer que, em relação a esta moção, estou totalmente de acordo com ela. Vou votar favoravelmente, até porque eu, vivi muito esse período. Vivi no vinte e cinco de abril, porque estava



em Santarém e depois também aquilo que foi todo o processo até ao vinte e cinco de novembro. E, é verdade que muita gente esquece que o vinte e cinco de novembro existiu e, eu sou daqueles que acho que o vinte e cinco de novembro é que nos trouxe finalmente a liberdade e a possibilidade de estarmos aqui hoje, porque senão podíamos estar, enfim, dominados por outras forças radicais e com um governo que a gente conhece bem a governar outros países. E, portanto, eu acho que isto, enfim, é a contradição entre uma coisa e a outra. Mas apoio e subscrevo totalmente a proposta e a moção do deputado do Chega!” -----

Hugo Aires: “Eu só quero fazer aqui um pequeno apontamento, que as diferentes leituras políticas são legítimas e fazem parte do pluralismo que há pouco falava e que lia, que a própria democracia garante, obviamente. Contudo, não deve conduzir à fragmentação do significado essencial de abril nem à sua instrumentalização no quadro do debate conjuntural. Importa por isso, recentrar nesta Casa, nesta Assembleia, aquilo que é o seu papel fundamental, assegurar um espaço de representação plural, de respeito institucional e de foco na resolução dos problemas concretos da comunidade. A evocação de momentos históricos relevantes deve contribuir para a coesão e não para a divisão. Sendo entendimento que a consolidação democrática resulta de um processo contínuo que deve ser analisado com equilíbrio e responsabilidade. É só isto.” -----

Domingos Coelho: “Para clarificar que ninguém está contra o vinte e cinco de novembro. Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Ponto. Agora, registo aqui este espírito do líder da bancada do Chega e, mais uma vez, em contradição com a moção que se discutiu anteriormente. Eu há pouco fiz uma sugestão, penso que o CHEGA não aceita retirar aquele texto, pergunto sim ou não? Espero pela resposta.” -----

Hugo Aires: “Atendendo àquilo que já foi falado posteriormente, acho que já foi descrito, já foi apresentada a iniciativa. Não sei porque é que andamos com este circo.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: sete (07) Carla Vieira, Domingos Coelho, Ana Pífar, Maria José Leote, Otelio Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: dezoito (18) Luna Silva, Desidério Silva, Beatriz Pereira, Helena Simões, Raúl Annes, Margarida Guilherme, Miriam Santos, Dário Pereira, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Maria José Leote apresentou e leu declaração de voto. (Doc. N.º 5 anexo a esta ata) -----

Presidente da Assembleia: “Encontra-se assim terminado o período da ordem de trabalhos. Antes de passarmos à última votação da minuta em ata, eu queria deixar aqui uma palavra de apreço ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal e à equipa de som e informática e congratular a Mesa que esteve aqui em regime de substituição, que, não obstante todos os constrangimentos que tivemos



aqui com o sistema eletrónico, conseguiram fazer um excelente trabalho e agradeço desde já a vossa dedicação.” -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

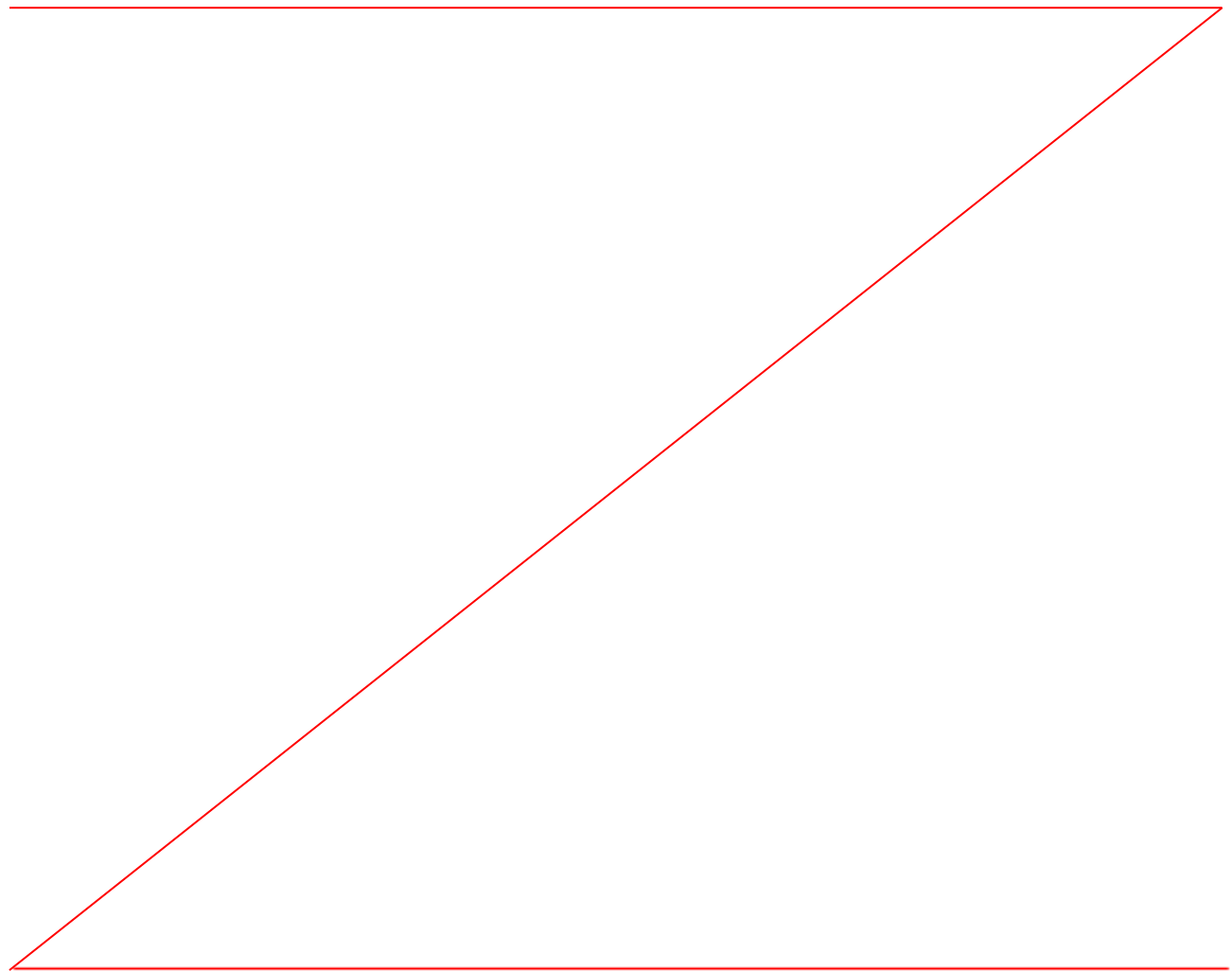
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de abril de 2026 -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA (em regime de substituição) _____

O SEGUNDO-SECRETÁRIO (em regime de substituição) _____





Doc. n.º 1



_____ *o CARTAZ DO TOPO DA FALÉSIA*



~~~~~ *HÁ QUE TEMPOS, NESTE ESTADO!* ~~~~



NATUREZA ABANDONADA



ÁRVORES QUE AGONIZAM



FORA DE ESTEVA ... AFREVIDA, NO MEIO ABANDONADO!



PARA QUANDO UM PASSADISO?



ALBUFEIRA VISTA DA FALÉSIA



... FALÉSIA AO "DEUS DARA" !



Doc. n.º 2



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Albufeira

## MOÇÃO

**Assunto: Pela Responsabilidade Política e pelo interesse Público no Município de Albufeira**

O Grupo Municipal do Partido **CHEGA**, vem, nos termos do artigo 35.º, n.º 1, alínea j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentar **Moção pela Responsabilidade Política e pelo Interesse Público no Município de Albufeira**, propondo a sua discussão e votação em reunião da Assembleia Municipal.

Albufeira não pode ser refém de bloqueios políticos!!

Senhora Presidente,  
Senhores Deputados,

Hoje não estamos a discutir um orçamento.

Estamos a discutir quem assume e quem foge à responsabilidade!

O que aconteceu na Assembleia Municipal, no dia 20 de março de 2026, não foi um episódio normal da vida democrática.

Foi uma rutura. Foi uma escolha. E foi uma escolha com consequências.

Quem votou contra este orçamento sabia exatamente o que estava a fazer.

Sabia que não estava apenas a rejeitar um documento, estava a travar o normal



funcionamento do Município. Estava a bloquear decisões. Estava a impedir Albufeira de avançar.

*E por isso não vale a pena dourar a realidade:*

isto não foi oposição responsável.

Isto foi bloqueio político.

E bloqueio político tem um nome: **irresponsabilidade.**

Porque enquanto alguns aqui dentro fazem jogos, há uma cidade inteira lá fora que precisa de respostas.

Há obras que ficam por fazer.

Há investimentos que não avançam.

Há decisões que ficam paradas.

E isso não atinge não só o executivo.

Atinge sobretudo Albufeira e os albufeirenses.

E é aqui que se faz a diferença entre quem está na política para servir... e quem está na política para marcar posição.

Podemos discordar, devemos discordar.

Mas há uma linha que não se pode ultrapassar:

**a linha de impedir o normal funcionamento do Município sem apresentar alternativas, sem assumir consequências e sem dar respostas.**

No passado dia 20 de Março essa linha foi ultrapassada.

E por isso dizemo-lo sem rodeios:

Quem votou contra este orçamento escolheu travar Albufeira.

Escolheu criar instabilidade.

Escolheu colocar interesses políticos acima dos interesses do

concelho.



E essa escolha não fica sem resposta.

Esta moção não é apenas um documento.

É um posicionamento claro.

É dizer, olhos nos olhos, que Albufeira não pode, nem vai, ser refém de estratégias políticas de bloqueio.

Que esta Assembleia tem de estar à altura da responsabilidade que lhe foi confiada.

E quem escolhe travar...

tem de assumir perante todos, aqui dentro e lá fora as consequências dessa decisão.

Porque a política exige coragem.

Mas exige, acima de tudo, responsabilidade.

E no dia 20 de Março, essa responsabilidade falhou.

Mas não vai ficar sem resposta.

Porque o Grupo Municipal do CHEGA não se resigna, não recua e não se esconde.

Não compreendemos porque é que forças políticas que durante a campanha tiveram como bandeira a obra do Centro de Saúde tenham votado contra o orçamento que viabiliza a obra do mesmo.

Assumimos, com total clareza, que estaremos ao lado do Executivo, a trabalhar, a decidir e a agir contra tudo e contra todos os que tentam travar o desenvolvimento do concelho de Albufeira.

O Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Albufeira.

Albufeira, 21 de Abril de 2026

Isabel Rodrigues



Doc. n.º 3



### **DECLARAÇÃO DE VOTO- PONTO NOVE**

#### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL - 29 DE ABRIL DE 2026**

No ponto 9 da OD, apreciou-se e deliberou-se sobre a Moção do Chega intitulada: “Pela responsabilidade pelo interesse público no Município de Albufeira.”

Relativamente a este ponto a Coligação Albufeira É Tua faz a declaração de voto que se segue.

A presente moção do ponto de vista formal mais parece um panfleto de campanha eleitoral do que um documento a ser apreciado por esta Assembleia. Quanto ao seu conteúdo político/ideológico deixa algumas dúvidas sobre o espírito democrático subjacente à argumentação apresentada. Quanto aos factos é contraditória, infundada, inócua e repetitiva.

Para fundamentar a nossa posição e assim contestar a argumentação expressa na Moção far-se-ão citações das partes mais significativas do documento e a respectiva contestação.



Cito o início do documento, “Albufeira não pode ser refém de bloqueios políticos”. Esta afirmação não tem qualquernexo. Em primeiro lugar, o Chega sabendo que não tem maioria na Assembleia não teve a iniciativa de dialogar com as outras forças políticas no sentido obter entendimentos sobre as questões mais estruturantes. Apesar disso, a Coligação Albufeira é Tua absteve-se na votação do Orçamento e assim contribuiu para a sua aprovação. Também a 1ª revisão orçamental foi aprovada, donde, não há qualquer razão para anunciar bloqueios políticos. Com estes dois instrumentos político-financeiros aprovados o executivo tem todas as condições para governar o concelho. Não tem quaisquer desculpas.

Cito novamente da Moção; “O que aconteceu na Assembleia de 20 de Março não foi um episódio normal da vida democrática”. Será que discordar não é próprio do debate democrático ou somos todos obrigados a alinhar em unanimismos próprios de outros tempos.? Esta suposta indignação é descabida e incoerente, quando se sabe que no Chega há uma ordem interna que obriga os seus vereadores, dos poucos que lhe restam, a votar contra os orçamentos de executivos do Partido Socialista.



Outra citação; “Quem votou contra este orçamento sabia exactamente o que estava a fazer ... sabia que não estava apenas a rejeitar um documento estava a travar o normal funcionamento do Município.” A frase tem dois erros. Desde logo, o que estava em debate na Assembleia de 20 de Março era a Revisão Orçamental e não o Orçamento conforme se afirma na Moção, por outro lado, nenhuma força política votou contra o orçamento na Assembleia de 30 de Dezembro e onde já lá vai essa data.

Mais, se ambos os documentos foram aprovados como é que se pode acusar uma força política de travar o funcionamento do concelho.? Criadas estas condições tudo dependerá da acção do executivo. Assim, a Sra. deputada só poderá falar em bloqueios se não acreditar na capacidade do seu executivo em implementar estes instrumentos de governação.

Cito novamente; “Isto não foi uma oposição responsável .... E o bloqueio político tem um nome - irresponsabilidade”.



Afinal, que autoridade tem o grupo municipal do Chega em fazer esta afirmação se o seu partido no Parlamento tem votado contra todos os Orçamentos de Estado. Ou temos dois partidos Chega, um, que na oposição promete tudo a todos e outro Chega, que no governo do concelho começa a reduzir apoios sociais como aconteceu no apoio à Sociedade Filarmónica de Paderne com uma redução no valor de 20 mil euros.

Citação; “Mas há uma linha que não se pode ultrapassar. E essa escolha não fica sem resposta.” Mas que resposta? A ameaça será a velha lei da rolha.? E qual é essa linha inultrapassável? Será o fim da liberdade de poder decidir votar contra uma revisão orçamental, porque, foi isso e só isso, que aconteceu na Assembleia de 20 de Março por parte do grupo municipal da Coligação Albufeira é Tua. No entanto, é bom lembrar que o dito documento acabou por ser aprovado.



Para melhor esclarecimento da fundamentação que nos levou a tomar aquela posição, remete-se para a declaração apresentada na altura e que não foi rebatida nem pela bancada do Chega nem pelo executivo.

Cito, finalmente, “Não compreendemos porque é que forças políticas que durante a campanha tiveram como bandeira a obra do Centro de Saúde tenham agora votado contra o orçamento que viabiliza a obra do mesmo.” Mais uma vez a Sra. deputada está distraída e equivocada, para não usar uma palavra mais desagradável. Repito, novamente, nenhuma força política votou contra o orçamento.

A Coligação Albufeira é Tua afirma, que da sua parte dará todo o contributo e em todas as situações, no sentido da concretização do projecto do Centro de Saúde. Mas há uma pergunta que se deve fazer à bancada do Chega e ao seu executivo, qual a razão para a não alocação da verba necessária para avançar com o Centro de Saúde aquando aprovação do orçamento.? Se o projecto era importante havia que fazer opções orçamentais.



Optou-se por esperar pela revisão orçamental feita só em Março, quando poderia ter sido feita logo em Janeiro e assim, ter-se-iam ganho três meses que seriam fundamentais para beneficiar de verbas do PRR. Agora talvez seja tarde, esperemos que não.

E a pergunta que fazemos é: a tardia apresentação da 1ª revisão orçamental, que terá consequências ao nível do financiamento do Centro de Saúde, não se deverá à instabilidade provocada nos serviços, designadamente na área financeira, com as sucessivas exonerações de técnicos daquele setor?

*[Handwritten signatures in blue ink]*



Doc. n.º 4



#### **Intervenção – Sessão Solene do 25 de Abril**

*(Órgãos Municipais)*

Senhor/a Presidente,

Senhores Vereadores/Deputados Municipais/Eleitos de Freguesia

Senhoras e Senhores,

Celebramos hoje o 25 de Abril. Celebramos a liberdade. Celebramos o fim de um regime que limitava direitos, restringia opiniões e não permitia aos portugueses escolher livremente o seu destino.

O 25 de Abril foi um momento fundador da nossa democracia. Um momento que abriu caminho à liberdade de expressão, ao pluralismo político, ao voto livre e à alternância democrática.

Mas celebrar o 25 de Abril não pode significar, transformar esta data numa narrativa única, fechada ou ideológica. O 25 de Abril pertence a todos os portugueses. Não pertence à esquerda. Não pertence a partidos. Não pertence a elites. Pertence ao povo português.

E é precisamente por isso que devemos hoje perguntar: Estamos a honrar verdadeiramente o espírito de Abril?

Porque o espírito de Abril não é apenas liberdade formal.

É também liberdade real.

Liberdade para trabalhar.

Liberdade para empreender.

Liberdade para viver com segurança.

Liberdade para dizer o que se pensa sem medo de censura social ou política.



E hoje, mais de 50 anos depois, muitos portugueses sentem que essa liberdade está incompleta.

Há portugueses que trabalham toda a vida e não conseguem pagar uma casa.

Há jovens que não conseguem construir um futuro no seu próprio país.

Há famílias que vivem com medo da insegurança nas ruas.

Há cidadãos que sentem que o Estado lhes pede cada vez mais, mas lhes devolve cada vez menos.

Senhoras e Senhores,

O 25 de Abril não foi feito para criar novos privilégios.

Não foi feito para perpetuar desigualdades.

Não foi feito para criar uma classe política distante das pessoas.

Foi feito para devolver o poder ao povo.

E esse é o compromisso que devemos renovar hoje.

Celebrar Abril também é reconhecer que a democracia precisa de ser defendida todos os dias.

Defendida contra a burocracia excessiva.

Defendida contra o centralismo.

Defendida contra a perda de soberania e contra decisões afastadas da vontade popular.

Porque democracia não é apenas votar de quatro em quatro anos.

Democracia é ouvir as pessoas.

É respeitar quem pensa diferente.

É aceitar o pluralismo político sem rótulos ou exclusões.

Celebrar Abril é querer um país mais justo.

Celebrar Abril é querer um país mais seguro.

Celebrar Abril é querer um país onde trabalhar compensa.

Celebrar Abril é querer um país que respeite os seus cidadãos.

Senhoras e Senhores,

A melhor forma de honrar o 25 de Abril não é apenas lembrar o passado.

É cumprir o futuro.

É garantir que a liberdade conquistada não se perde.

É garantir que Portugal é um país de oportunidades.

Porque o 25 de Abril não é apenas uma data.

É um compromisso permanente com Portugal e com os portugueses.

E não podemos celebrar Abril, sem mencionar Novembro e sem lembrar que a verdadeira liberdade e a verdadeira democracia só foram alcançadas a 25 de Novembro de 1975.

Depois do 25 de Abril, Portugal viveu um período de instabilidade profunda, conhecido como Processo Revolucionário em Curso, marcado por ocupações, nacionalizações forçadas, ameaças à liberdade de imprensa e tentativas de imposição de um regime de inspiração revolucionária. Foi a 25 de Novembro que militares moderados, liderados por figuras como Ramalho Eanes, travaram uma deriva que colocava em risco a democracia pluralista e as liberdades fundamentais. Foi nesse momento que Portugal escolheu definitivamente a democracia representativa, o pluralismo partidário e o Estado de direito. Sem o 25 de Novembro, Abril poderia ter sido apenas uma transição para outra forma de autoritarismo. Com o 25 de Novembro, Abril tornou-se verdadeiramente liberdade.

Viva a Liberdade.

Viva Abril, Viva Novembro.

Viva Portugal.



Doc. n.º 5



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Rita Costa' and 'JL'.

**Ponto Dez- Assembleia Municipal de Albufeira- 29 de Abril de 2026**

A Bancada do Grupo Municipal da Coligação Albufeira é Tua não quer deixar passar o 52º aniversário da Revolução da Liberdade, sem expressar um profundo agradecimento aos militares que fizeram a Revolução e, ao mesmo tempo, tecer algumas considerações sobre o seu significado.

Não consideramos adequado debater a cor dos cravos, símbolo da revolução, uma vez que a D. Celeste Caeiro, contou inúmeras vezes (antes de falecer em 2024) que eram vermelhos e brancos, aliás a sua história e memória foram homenageadas recentemente pela neta, Carolina Fontela, que escreveu um livro infantil intitulado "Celeste dos cravos".

Não nos parece bem, prolongar aqui o longo debate da atualidade sobre o escrutínio da classe política.

Também não nos faz sentido associar as conquistas de Abril aos acontecimentos que se sucederam, (designadamente o 25 de novembro de 1975) não que estes não tenham importância, mas porque não é aceitável desvalorizar a Revolução da liberdade comparando-a a outros acontecimentos históricos que devem ser devidamente contextualizados. Qualquer desvalorização da Revolução é uma mostra de desrespeito para com os valorosos militares que estavam dispostos a dar a sua vida naquele dia Abril.

Em vez disso, preferimos realçar as ansiadas conquistas consagradas na Constituição de Abril de 1976.

O sufrágio universal directo (presente no artigo 10º e explicitado no 49º de acordo com a revisão de 2005), os artigos 13º (princípio da igualdade), 41º, liberdade de consciência e religião, 42º liberdade de criação cultural, 45º direito de reunião e manifestação ou 59º, relativo aos direitos dos trabalhadores. Todas estas conquistas, entre outras, são um legado inestimável que nos foi deixado pela Revolução do 25 de Abril.

Consideramos que devemos continuar cientes que os "Dês", de democratizar e desenvolver devem continuar a ser alvo da nossa atenção. O "D" de democratizar, porque só os portugueses podem garantir que a Democracia é cuidada, regada e preservada; o "D" de desenvolver, porque há muito a fazer pelo país e pelos que aqui vivem. Não podemos deixar de lembrar novamente a D. Celeste Caeiro que lamentava (numa das suas últimas entrevistas) o pouco valor da sua reforma.

Nesta linha de pensamento, é fundamental honrar Abril, enquanto portugueses e enquanto detentores de cargos políticos.



ms  
R  
Rita  
coelho

**Honrar Abril é:** respeitar e saber cuidar “com redobrada atenção” dos nossos funcionários, dos nossos clientes, dos nossos alunos, dos nossos colaboradores e colegas de trabalho.

**Honrar Abril é:** preservar a nossa identidade, conhecendo a história, as manifestações religiosas e as tradições que caracterizam Albufeira e o seu concelho.

**Honrar Abril é:** continuar a defender a educação, proporcionando as melhores condições possíveis para o ensino-aprendizagem nas nossas escolas.

**Honrar Abril é:** garantir que os nossos munícipes podem condignamente descansar à noite umas horas de sono, sem perturbação, para que possam voltar ao trabalho no dia seguinte.

**Honrar Abril é:** garantir que os doentes sejam tratados nas melhores condições e os profissionais de saúde trabalhem num espaço condigno.

**Honrar Abril é:** preservar a nossa cultura, proporcionando eventos que a valorizem e apoiando as associações que a defendem.

**Honrar Abril é:** garantir que os que vivem ou trabalham em Albufeira possam ter acesso a uma habitação com custos compatíveis com o seu rendimento.

**Honrar Abril é:** ter a capacidade de aceitar opiniões divergentes, inclusivamente as que são próprias do combate político democrático.

Para terminar poderia parafrasear algum dos grandes poetas de Abril, a grande Sophia, Ary dos Santos ou Manuel Alegre, no entanto prefiro parafrasear um dos meus alunos:

*“para mim faz e sempre fará sentido comemorar o 25 de Abril. Se não fosse a revolução, não me poderia expressar sem pensar antes 2 vezes, não me poderia negar a ir para a Guerra colonial, seria obrigado a aceitar as condições em que nasci e não poderia lutar por um futuro melhor.*

*Por tudo isto o 25 de Abril é e será sempre importante!”*

Qualific  
Rita  
coelho